

*A GRAMÁTICA UNIVERSAL (GU) DE CHOMSKY E A CRÍTICA DA
RAZÃO PURA DE KANT:
APROXIMAÇÕES DE UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA*

Jorge Viana de MORAES
(USP – Universidade de São Paulo)¹

RESUMO: O objetivo deste ensaio é o de analisar a correlação entre a *faculdade da linguagem*, conforme proposta por Noam Chomsky em seu conceito de *Gramática Universal* (GU) (Chomsky, 1994), e a arquitetura transcendental de Kant na *Crítica da Razão Pura* (Kant, 1999, 2001, 2022 [1787]). A relação entre as duas teorias fundamenta-se na noção de que a mente humana possui estruturas *a priori*: assim como a GU é descrita como o “estado inicial” da faculdade da linguagem – uma estrutura universal, inata e independente da experiência, a cognição kantiana organiza a realidade por meio de formas puras (espaço e tempo), o que Kant investigou na *Estética Transcendental*, e de categorias do entendimento que precedem o dado empírico². Propõe-se, assim, que a GU chomskyana, *anterior* e *independente* de qualquer experiência linguística, opera de modo análogo ao aparato transcendental kantiano, funcionando como uma condição de possibilidade para a aquisição de qualquer língua particular.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática Universal. Faculdade da Linguagem. Noam Chomsky. Crítica. Immanuel Kant. A priori

CHOMSKY'S UNIVERSAL GRAMMAR (UG) AND KANT'S CRITIQUE OF PURE REASON: APPROACHES TO AN EPISTEMOLOGICAL ANALYSIS

¹ Doutor e Pós-Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) no campo da História das Ideias Linguísticas/Historiografia Linguística, onde é professor e pesquisador no referido campo e no das Ciências da Linguagem (Área de Filologia e Língua Portuguesa). O autor é Editor Associado dos *Cadernos de Linguística* (ABRALIN) para textos voltados exclusivamente para a Área de História das Ideias Linguísticas/Historiografia Linguística. E-mail: <jorgevianademoraes@usp.br >.

² Segundo Immanuel Kant, na sua obra *Crítica da Razão Pura*, as categorias do entendimento são **conceitos puros a priori**, ou seja, formas estruturais da mente humana que precedem qualquer experiência empírica (dados dos sentidos). Elas são as ferramentas “formais” que organizam o material desordenado da sensibilidade para torná-lo inteligível e gerar conhecimento.

ABSTRACT: This essay aims to analyze the correlation between the faculty of language, as proposed by Noam Chomsky in his concept of Universal Grammar (UG) (Chomsky, 1994), and Kant's transcendental architecture in the Critique of Pure Reason (Kant 1999, 2001, 2022 [1787]). The relationship between these two theories is grounded in the notion that the human mind possesses a priori structures. Just as UG is described as the "initial state" of the language faculty – a universal, innate structure independent of experience – Kantian cognition organizes reality through pure forms (space and time), investigated in the Transcendental Aesthetic, and categories of understanding that precede empirical data. It is thus proposed that Chomskyan UG, being prior to and independent of any linguistic experience, operates analogously to the Kantian transcendental apparatus, functioning as a condition of possibility for the acquisition of any particular language.

KEYWORDS: Universal Grammar. Noam Chomsky. Immanuel Kant. Transcendental Philosophy. Language Faculty. A priori.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio, partimos da hipótese de que a filosofia crítica de Kant antecipa ideias recentes sobre a *faculdade da linguagem*, em particular a Gramática Universal (G.U.) de Chomsky. Se isso for mesmo assim, então, pretendendo mostrar como, a propósito da metateoria³ da *faculdade da razão*, as análises kantianas podem ser relacionadas com as investigações recentes sobre o mesmo tema no campo da linguística chomskyana contemporânea, ainda que o próprio Chomsky tenha denominado sua linguística como cartesiana. Nosso objetivo, ao longo deste trabalho, é mostrar que essa "linguística" é, por assim dizer, muito mais kantiana que cartesiana.

³ Entende-se aqui, com Bonaccini (2017, p. 84), que a "filosofia transcendental" kantiana é uma metateoria acerca das estruturas que *a priori* condicionam e possibilitam tanto a concepção como a percepção e o conhecimento dos objetos do mundo na experiência e na ciência.

Neste sentido, desdobrarei minha análise em dois movimentos, que, ainda que vinculados, podem ser expositivamente dissociados. No interior desses movimentos, apresento evidências para três questões sobre as relações entre Chomsky e Kant:

1. Em que medida as noções kantianas de faculdade do conhecimento e a noção chomskyana de Gramática Universal se aproximam e se afastam?
2. Considerando a influência declarada de autores como Descartes e Cudworth na gênese do pensamento chomskyano, em que medida a opção por essa linhagem racionalista oculta uma afinidade funcional ainda mais profunda com o aparato crítico-transcendental de Kant?
3. Como essas ideias se manifestam nas discussões modernas entre Chomsky e outros filósofos e linguistas?

Os questionamentos aqui propostos não visam a sugerir um erro de escolha histórica por parte de Chomsky, mas antes investigar por que a estrutura formal da Gramática Universal encontra em Kant uma moldura epistemológica possivelmente mais adequada do que o racionalismo cartesiano para explicar a natureza sintética e *a priori* da faculdade da linguagem. É importante frisar que a opção de Chomsky pela tradição de Port-Royal e pelo racionalismo do século XVII responde sobretudo a um interesse histórico pela origem das gramáticas racionais.

Chomsky empenha-se de tal modo na reconstrução dessa filiação intelectual que o escopo de sua *Linguística cartesiana* acaba por excluir nomes fundamentais: à exceção de Dumarsais e Beauzée, ele ignora tanto os gramáticos filósofos de orientação empirista, como Condillac e Destutt de Tracy, quanto a tradição da **Filosofia do Senso Comum** (*Scottish School of Common Sense*), represen-

tada por Beattie, Monboddo e Gregory. Seja por uma estratégia de fundamentação ou pelo foco em uma genealogia estrita, tais autores não integram seu horizonte de retrospectão nem sua análise. Essa lacuna é o cerne da crítica de Hans Aarsleff (1970, 1982)⁴, que acusa Chomsky de negligenciar a Escola Escocesa em favor de uma narrativa histórica linear e conveniente ao seu programa.

Nesse contexto, surge uma contradição notória, já há muito denunciada pelos historiadores e historiógrafos da linguística: Chomsky resgata James Harris (1709-1780), o importante e famoso autor de *Hermes, a philosophical inquiry concerning universal grammar* (1751), como um elo vital da tradição racionalista, aproximando-o de Herbert de Cherbury (1583-1648) ao identificar em ambos a tese de que o conhecimento não é depositado pelos sentidos, mas “despertado” por eles através de noções inatas. Ao elogiar a obra *Hermes* por anteciper a gramática gerativa – definindo a linguagem como uma “**externalização da alma**” e buscando princípios psicológicos universais –, Chomsky, que vê Harris como alguém que seguiu um caminho independente da Gramática de Port-Royal, opera um “**resgate seletivo**”. Ele isola Harris de seus herdeiros diretos na Escola Escocesa por considerá-los “impuros”, preferindo vinculá-lo ao racionalismo seiscenista de Cherbury para validar o **inatismo** e a autonomia da mente, não sem antes reconhecer as diferenças entre esses autores.⁵ De qualquer modo, enquanto Har-

⁴ Outros autores também se posicionaram a respeito, entre eles Lakoff (1969), Andrews (1979), Kelman (2011) e Coseriu (2010).

⁵ Herbert de Cherbury, seminalmente reconhecido como o precursor do deísmo, estabeleceu no século XVII as bases do racionalismo britânico ao postular a existência de *notitiae communes* – noções comuns inatas que fundamentam o juízo moral e religioso. No século XVIII, James Harris deu continuidade a essa linhagem intelectual em sua obra *Hermes*, ao propor que a gramática universal não é meramente accidental, mas sim o reflexo de estruturas racionais intrínsecas à mente humana. Ambos os pensadores convergem em uma matriz epistemológica neoplatônica: enquanto Cherbury buscava a verdade por meio da conformidade entre o intelecto e a razão universal, Harris identificava, sob a multiplicidade dos idiomas, uma lógica formal transcendente e imutável. Essa homologia teórica é reforçada pelo pertencimento de ambos à *gentry* erudita e pela influência da filosofia de Shaftesbury – de quem Harris era sobrinho –, consolidando uma tradição que privilegia princípios universais e apriorísticos em oposição ao reducionismo do empirismo britânico ascendente.

ris e Cherbury são usados para sustentar uma psicologia cognitiva apriorística, os sucessores escoceses são descartados por introduzirem elementos de observação empírica e evolução social. Em última análise, Chomsky “purifica” a influência de Harris, separando-a de uma tradição que buscava uma reconciliação com o mundo prático e histórico, dimensões que colidiam com o seu projeto formalista e biológico.

É nesse ponto que a contradição se torna ainda mais evidente, quando Chomsky formula passagens como a seguinte:

Ao focalizar a atenção sobre os princípios de interpretação inatos, que são condição prévia da experiência e do conhecimento, e ao acentuar que estes princípios são implícitos e podem exigir estímulo externo a fim de se tornarem ativos ou alcançáveis para a introspecção, Herbert expressou muito daquilo que pertence à teoria psicológica subjacente à linguística cartesiana, assim como acentuou aqueles aspectos do conhecimento que foram desenvolvidos por Descartes e, mais tarde, pelos platônicos ingleses, por Leibniz e Kant (Chomsky, 1972, p. 78).⁶

Nessa leitura, o próprio Chomsky aproxima Herbert de Cherbury de Descartes, dos platonistas de Cambridge, de Leibniz e, por fim, de Kant. Essa exten-

⁶ Mais tarde, Chomsky reutilizou esta mesma passagem em um dos artigos (*Cartesian Linguistics: Acquisition and Use of Language*, p. 89-103) com os quais contribuiu para a obra *Innate Ideas*, editada por Stephen R. Stich em 1975. O artigo trata-se, na verdade, do último capítulo de *Linguística cartesiana*, igualmente intitulado: *Aquisição e uso da linguagem*. Embora tenhamos trabalhado desde o início desta pesquisa – que remonta ao ano de 2022 – com a primeira edição brasileira de *Linguística cartesiana* (1972) e não tenhamos tido tempo suficiente para uma análise mais detalhada da mais recente tradução brasileira desta obra (publicada em 2024), é importante frisar que ela capta, segundo entendemos, ainda mais o aspecto contraditório do trecho em questão: “Ao focalizar a atenção nos princípios interpretativos inatos que são uma condição prévia para a experiência e o conhecimento e ao enfatizar que esses princípios são implícitos e podem exigir estimulação externa para se tornarem ativos ou disponíveis para a introspecção, Herbert expressou grande parte da teoria psicológica que subjaz à linguística cartesiana, da mesma forma como ele enfatizou aqueles aspectos da cognição desenvolvidos por Descartes e, mais tarde, pelos platonistas ingleses, Leibniz e Kant”.

são da linhagem racionalista até Kant é precisamente o ponto em que a análise aqui proposta intervém. Embora se possa objetar, logo de início, que Kant propõe uma síntese entre empirismo e racionalismo, enquanto Chomsky frequentemente se filia a uma tradição racionalista mais estrita, tal entrave é superado quando observamos a função da Gramática Universal. A GU não substitui a experiência, mas atua como sua base organizadora. Assim como o aparato transcendental kantiano não anula o dado sensível, mas o constitui como objeto de conhecimento, a GU é o mecanismo que permite que o caos de estímulos sonoros seja convertido em linguagem estruturada. Deve-se notar, contudo, a diferença de escopo: o projeto kantiano aborda as condições de possibilidade do conhecimento humano em geral (incluindo a sensibilidade e o entendimento), ao passo que a GU é específica para a faculdade da linguagem (um “órgão mental” modular).

A convergência proposta aqui entre os autores reside, portanto, na natureza apriorística das condições de possibilidade do conhecimento em seus respectivos domínios específicos, e não em uma negação absoluta da experiência por parte de Chomsky, nem em uma vinculação direta e declarada de suas ideias às de Kant. Portanto, o que defendemos aqui não é uma suposta filiação ou influência – seja filosófica seja linguística – de Chomsky a uma hipotética “linguística kantiana”, em detrimento de uma “linguística cartesiana”. Afinal, da mesma forma que não houve um Descartes preocupado centralmente com questões de linguagem, também não teria havido (pelo menos para alguns autores) um Kant igualmente voltado fundamentalmente para elas. Essa é, por exemplo, a posição do linguista romeno Eugenio Coseriu (Coseriu, 2010), para quem “[...] a filosofia da linguagem como disciplina autônoma surgiu muito mais tarde”. Para Coseriu, “filósofos importantes como Descartes e Kant não consideraram a linguagem

como um problema filosófico” (Coseriu, 2010, p. 54)⁷. No entanto, tanto para Loparić (1990) quanto para Robert Hanna (2005), ao contrário de Coseriu, Kant teria sido o primeiro filósofo analítico, ou pelo menos uma prefiguração dos filósofos analíticos posteriores.⁸

A interpretação de Kant como um precursor da filosofia analítica, defendida por Loparić (1990) e Hanna (2005), reforça precisamente o tipo de convergência que propomos aqui. Ao situar Kant no horizonte de uma reflexão formal sobre as condições de possibilidade do conhecimento – reflexão que antecipa, em certa medida, a atenção analítica à estrutura do juízo e da linguagem conceitual –, abre-se espaço para aproximá-lo de Chomsky, cuja teoria da gramática inata, especialmente a noção da GU, também se apresenta como uma investigação apriorística das condições de possibilidade do conhecimento linguístico. Assim, a “prefiguração analítica” de Kant não implica uma filosofia da linguagem plenamente desenvolvida, mas indica um solo comum de problemas e métodos que torna inteligível a convergência estrutural entre os dois autores.

⁷ No original: “[...] la filosofia del linguaggio come disciplina autonoma nasce molto più tardi. Filosofi importanti come Cartesio oppure Kant non hanno considerato il linguaggio come problema filosofico” (Coseriu, 2010, p. 54).

⁸ Por um lado, o artigo de Zeljko Loparić, intitulado *Kant e a Filosofia Analítica*, explora a relação entre a filosofia de Immanuel Kant e a filosofia analítica contemporânea, argumentando que Kant já possuía uma filosofia da linguagem e que problemas semânticos eram centrais em seu pensamento. Loparić defende que, embora a filosofia analítica moderna, que utiliza a lógica formal, tenha surgido com Frege, já é possível encontrar em Kant uma filosofia da linguagem. Ele argumenta que, apesar de Kant expressar noções linguísticas por meio de termos mentalistas, problemas semânticos ocupavam um lugar central em sua filosofia. A tese principal é que a lógica transcendental de Kant é, na verdade, uma semântica intencionista *a priori* de proposições sintéticas. Por outro lado, a tese principal de Robert Hanna, no *livro Kant e os fundamentos da filosofia analítica*, é que a filosofia analítica não apenas sucedeu Kant, mas nasceu de sua filosofia crítica, mesmo quando a rejeitou. Assim, compreender Kant é essencial para entender os fundamentos e os limites da tradição analítica. Ele defende que as doutrinas kantianas sobre o *a priori* e o sintético ainda não foram refutadas de forma decisiva e podem iluminar debates atuais sobre semântica e verdade necessária. Hanna, apresenta uma tese central bastante clara: a filosofia analítica, embora tenha surgido em grande parte como uma rejeição às doutrinas da *Crítica da razão pura* de Kant, na verdade se constituiu a partir de um engajamento profundo com elas. Ou seja, os grandes nomes da tradição analítica – Frege, Moore, Russell, Wittgenstein, Carnap e Quine – só puderam formular e legitimar suas ideias ao lidar intensivamente com os problemas e distinções kantianas, mesmo que em muitos casos as tenham negado.

Para demonstrar o que aqui se esboça, na primeira seção, apresento a teoria chomskyana dos últimos quase 60 anos, comparando-a com as ideias de Kant. Foco no aspecto epistemológico e no caráter filosófico do conceito de mente e linguagem de Chomsky. Na segunda seção, faço uma inversão: resumo o pensamento kantiano em *Crítica da razão pura* (1787), aproximando-o das ideias chomskyanas. Demonstro, sob a minha perspectiva, *por que e como* Chomsky refutou uma abordagem mais kantiana em nome daquilo que ele denominou linguística cartesiana (Chomsky, 1972 [1966]), quando escreveu, conforme bem observou Koerner (2014 [1994]), uma história da linguística *pro-domo*, como notado por Koerner (2014 [1994]). Na terceira seção, apresento as polêmicas de Chomsky no debate com filósofos analíticos e linguistas contemporâneos. Na quarta seção, retomo os tópicos da aproximação entre Chomsky e Kant mediante outras obras do linguista norte-americano. Finalizo com considerações sobre o que foi discutido ao longo do texto. Passemos, então, do projeto à concretude textual.

1. A GU DE CHOMSKY: DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E SUAS EVOLUÇÕES

Em *O Conhecimento da Língua, Sua Natureza, Origem e Uso*, Chomsky afirma que:

A GU deve ser vista como uma caracterização da faculdade da linguagem geneticamente determinada. Pode-se encarar esta faculdade como um “mecanismo de aquisição da linguagem”, uma componente inata da mente humana que origina uma língua particular pela interação com a experiência vivida, ou ainda como um mecanismo que converte a experiência num sistema de conhecimento atingido: conhecimento de uma ou de outra língua (Chomsky, 1994, p. 23).

Portanto, para Chomsky, como ele próprio afirma: “A GU é uma teoria do “estado inicial” da faculdade da linguagem, anterior a qualquer experiência linguística” (Chomsky, 1994, p. 23). E é por isso que a entendemos como mais próxima das ideias de Kant do que das de Descartes. Assim, de acordo com Chomsky, em sua proposta essencial da teoria gerativa, é que existe um componente mental inato compartilhado entre todos os seres humanos (Faculdade da Linguagem) que possui mecanismos de regras gerais que nos instruem sobre como funciona a comunicação humana (Gramática Universal). É crucial notar que a Gramática Universal é o conceito central da teoria gerativa chomskyana, que se insere no campo mais amplo da biolinguística, a qual trata da linguagem como um sistema biológico. Embora a biolinguística seja o campo de base, há debates internos significativos (como as discussões sobre o gene FOXP2 ou a evolução gradual *versus* súbita, que serão abordados mais adiante) onde nem todos os teóricos concordam plenamente com as postulações específicas de Chomsky. Em Kant, por sua vez, o conceito de razão não é diferente. Embora nosso conhecimento tenha início *com* a experiência, não é ele todo oriundo *da* experiência. Vejamos:

Não há dúvida de que todo conhecimento começa com a experiência; pois de que outro modo poderia a nossa faculdade de conhecimento ser despertada para o exercício, não fosse por meio de objetos que estimulam nosso sentidos e, em parte, produzem representações por si mesmos, em parte colocam em movimento a atividade de nosso entendimento, levando-a a compará-las, conectá-las ou separá-las e, assim, transformar a matéria bruta das impressões sensíveis e um conhecimento de objetos chamado experiência? *No que diz respeito ao tempo*, portanto, nenhum conhecimento antecede em nós à experiência, e com esta começam todos (Kant B1, 2022, p. 45). Ainda, porém, que todo conhecimento comece *com a experiência*, nem por isso surge ele apenas *da* experiência. [...] [Portan-

to,] se existe tal conhecimento independente da experiência, e mesmo de todas as impressões dos sentidos. Tais *conhecimentos* são denominados *a priori* e se diferenciam dos *empíricos*, que têm suas fontes *a posteriori*, i. e., na experiência (Kant B1-2, 2022, p. 45-46).

No que segue, portanto, entenderemos por conhecimentos *a priori* aqueles que se dão não independentemente desta ou daquela, mas de *toda e qualquer* experiência. A eles se opõem os conhecimentos empíricos ou aqueles que só são possíveis *a posteriori*, i. e., por meio da experiência (Kant B3, 2022, p. 46).

Portanto, para Kant, existem pois conhecimentos *a priori* e conhecimentos *a posteriori*. Com efeito, de todo objeto a ser conhecido, nós sabemos *a priori* que será conforme às formas que o espírito lhe impõe no ato de conhecer; do contrário, não o conheceríamos. E, o que é mais: dispomos de um critério infalível para distinguir esses conhecimentos *a priori* dos conhecimentos *a posteriori*: *a priori* é toda proposição universal e necessária (Pascal, 1983). Portanto, “*a necessidade e a universalidade estrita são, assim, indícios seguros de um conhecimento a priori, e também pertencem inseparavelmente uma à outra*” (Kant B4; 2022, p. 47). Conforme é sabido, a universalidade da faculdade da linguagem é, igualmente, outro pressuposto caro aos argumentos gerativistas.

Para Chomsky (2005), em *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*, “a faculdade da linguagem”, isto é a GU, por sua vez, “pode perfeitamente ser considerada um “*órgão da linguagem*”, no sentido em que cientistas falam do sistema visual, do sistema imunológico ou do sistema circulatório como *órgãos do corpo*” (p. 31). Ou de que:

[...] a linguagem humana baseia-se em uma propriedade elementar que também parece ser biologicamente isolada: a propri

idade da infinitude discreta, exibida em sua forma mais pura pelos números naturais 1, 2, 3, ... As crianças não aprendem essa propriedade; a menos que a mente já possuísse esses princípios básicos, nenhuma evidência poderia fornecê-los. De maneira semelhante, nenhuma criança precisa aprender que há sentenças de três e quatro palavras e, não sentenças de três palavras e meia, e que elas continuam assim por diante; é sempre possível construir uma sentença mais complexa, com uma forma e um significado definidos (Chomsky, 2005, p. 30).

Com efeito, o aspecto biológico dessas teses se afastam consideravelmente das proposições kantianas da primeira crítica, que não as aborda, uma vez que, até então, ela não estava no horizonte intelectual de nenhum pensador. Aliás, foi Kant o primeiro a fazer a passagem de uma *episteme* a outra. No interior dessa reflexão, Kant ocupa um lugar bem definido, pois coube a ele tornar possível a emergência do homem no final do século XVIII. Kant é uma figura central na passagem da *episteme clássica* para a *episteme moderna* (cf. Alves, 2017).⁹ Conforme diz Marques (2008),

“Kant e a epigênese” (...) parecerá camuflar uma relação mais geral como *Kant e a biologia*. Com efeito, por mais que esta última palavra tenha sido cunhada já em meio à velhice do filósofo – em 1800, precisamente (...), e depois, portanto, das suas considerações sobre o desenvolvimento dos corpos organizados –, não havendo, ao que parece, nenhum registro dela ou de cognatos seus no *corpus* kantiano, é ao conhecimento biológico, mesmo

⁹ Ver Michel FOUCAULT em *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas (2007 [1966]), em que o filósofo francês demonstra como se deu a emergência das ciências biológicas no paradigma das investigações científicas, durante a passagem de uma *episteme* clássica para uma *episteme* moderna. Segundo Foucault *apud* Alves (2017), em uma das declarações mais polêmicas de *As palavras e as coisas*: “antes do fim do século XVIII, o homem não existia” (Foucault, 2007, p. 425). Ou seja, conforme observa Alves (2017, p. 76), sustenta-se que na *episteme* clássica (em Descartes, por exemplo) simplesmente não encontramos esse homem que vive, fala e trabalha, e que, além disso, tem o direito de conhecer e colocar na luz as leis de seu próprio conhecimento. Kant marca, portanto, o momento de uma “mutação arqueológica”, quando o discurso clássico se desvanece e, em seu lugar, aparece o homem”.

assim, que propriamente se referirá, em primeiro lugar, a *Epigenesis* (Marques, 2008, p. 453).

Entretanto, como quer que seja, do excerto de Chomsky mais acima, há alguns pontos de importantíssima relação com o pensamento kantiano, tais como: a noção de *a priori*, de inato, de juízos analíticos e necessários, tais como veremos de forma detalhada um pouco mais adiante.¹⁰ Mas o que podemos já de início associar são as (três) questões que orientaram/ orientam as pesquisas tanto de um quanto de outro. Em Kant, essas três questões podem ser reduzidas em (i) a da possibilidade do conhecimento; (ii) a da possibilidade de descrição de seu lugar de nascimento na mente e, (iii) a análise do uso puro do entendimento geral; ou, conforme ele próprio se referia na inteireza dessas questões, de que havia até então “a ainda pouco tentada *decomposição* da própria *faculdade do entendimento*, para investigar a possibilidade dos conceitos *a priori* mediante sua procura unicamente no entendimento, como lugar de seu nascimento, e a análise do uso puro do entendimento geral” (Kant, 1999, p. 101). O que seria, segundo Kant, a tarefa específica de uma *filosofia transcendental*.¹¹ Analogamente, há três questões básicas que emergiram na Teoria Gerativa de Chomsky, que são as seguintes: (i) o que constitui o conhecimento da língua; (ii) como ele é adquirido; (iii) como é colocado em uso (Chomsky, 1994, p. 23).

O modelo chomskyano foi aperfeiçoado ao longo dos anos para encontrar respostas para essas questões. Após pelo menos vinte anos de coleta de dados e pesquisas adicionais na área, Chomsky começou a modificar sua teoria na década de 1980 para melhor se alinhar com as descobertas do campo. Como se sabe, uma abordagem mais refinada, chamada **Princípios e Parâme-**

¹⁰ Principalmente sobre a questão controversa de haver ou não o emprego de “inato” por Kant.

¹¹ Dirá Kant: “Eu denomino *transcendental* todo conhecimento que se ocupe não tanto com os objetos, mas com o nosso modo de conhecer os objetos, na medida em que estes devam ser possíveis *a priori*” (Kant B25; 2022, p. 60).

tros (P&P), foi desenvolvida em “*Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures*” (LGB, 1981), e substituiu a abordagem transformacional, ou **Teoria Padrão Estendida**, em termos técnicos. Essa nova abordagem tenta explicar a aparente diferença entre o conhecimento linguístico (o que sabemos sobre a língua) e os fatores que afetam seu uso. Em *LGB*, Chomsky propõe que a gramática universal (GU) é o conjunto fundamental de universais linguísticos que todas as crianças têm desde o nascimento. A GU tem vários “princípios” estabelecidos que são válidos para todas as línguas e “parâmetros” ajustáveis que devem ser acomodados pela experiência. À medida que a criança adquire habilidades linguísticas, seu cérebro emprega uma quantidade limitada de evidências linguísticas devido à sua capacidade de fixar os parâmetros da GU e, de forma não indutiva, dar origem à gramática central da primeira língua. Assim, para Chomsky, o conceito de “língua” pode ser definido conforme segue:

Uma língua humana é um sistema de notável complexidade. Chegar a conhecer uma língua humana seria um feito intelectual extraordinário para uma criatura não projetada (ou dotada) [ingl. *designed*] especificamente para realizar essa tarefa. Uma criança normal adquire esse conhecimento expondo-se relativamente pouco e sem treinamento específico. Ela consegue, então, sem esforço, fazer uso de uma estrutura intrincada de regras específicas e princípios reguladores para transmitir seus pensamentos e sentimentos aos outros, provocando nestes ideias novas, percepções e juízos sutis (Chomsky, 1980, p. 10).

O que vemos aqui novamente, sem dúvida, é a ideia de que a língua, mais precisamente a língua-I, é dotada de uma estrutura inata adquirida, inclusive biologicamente, que será manifestada a partir do contato com o mundo

exterior. Embora, mesmo entre os gerativistas ou entre os cognitivistas, nem todos concordem sobre a emergência dessa faculdade entre os humanos, em termos biológicos-evolutivos.¹² O conceito de gramática universal (GU) é ampliado por meio desse novo modelo. Assim, agora é possível dizer que as línguas têm princípios estruturais inatos e permanentes, e que as diferenças entre as línguas faladas em todo o mundo são definidas por parâmetros ou diferenças.

Como se vê, o conceito de GU na teoria chomskyana não é algo estável. Ao contrário: é bastante dinâmico. Desde que foi apresentado pela primeira vez, esse conceito vem sendo repensado, refinado, atualizado; enfim, mudado à luz de novas evidências científicas que têm emergido tanto no campo da teoria gramatical gerativa como no da biologia evolutiva.

No campo da biologia evolutiva, vemos que “parte desse mistério poderia ser desfeito se fossem descobertas restrições sobre o sistema biológico de aquisição da linguagem – restrições à gramática universal (GU), a teoria do componente genético da faculdade da linguagem” (Berwick e Chomsky, 2017, p. 15), como por exemplo, as discussões atuais sobre o gene regulador *FOXP2*,

¹² De um lado, há aqueles, como Chomsky e o paleontólogo e biólogo evolucionista Stephen Jay Gould, que defendem a emergência de uma faculdade de linguagem de maneira súbita, ou seja, como um salto na evolução da espécie humana causada por algum “acidente evolutivo”, como o subproduto do aumento do tamanho do cérebro e sua capacidade computacional, por exemplo. Dessa maneira, a faculdade de linguagem em si não seria um produto completamente explicável em termos de seleção natural segundo a concepção ortodoxa sintética, ou neodarwinista. De outro lado, estão aqueles, como Pinker e Bloom, e ainda Jackendoff, que alegam que uma capacidade complexa como a faculdade de linguagem e seus componentes não poderiam evoluir de outra forma senão através dos mecanismos tradicionais de seleção natural, de forma gradual, dado o grau de especialização que essa capacidade visivelmente atingiu. Segundo eles, sistemas biológicos com alto grau de complexidade e especialização não surgem na natureza de uma hora para outra. Para maiores detalhes, ver: Pinker e Bloom (1990, p. 721), que, dentre outros pontos, argumentam o seguinte: “For universal grammar to have evolved by Darwinian natural selection it is not enough that it be useful in some general sense. There must have been genetic variation among individuals in their grammatical competence. There must have been a series of steps leading from no language at all to language as we now find it, each step small enough to have been produced by a random mutation or recombination, and each intermediate grammar useful to its possessor. Every detail of grammatical competence that we wish to ascribe to selection must have conferred a reproductive advantage on its speakers, and this advantage must be large enough to have become fixed in the ancestral population. And there must be enough evolutionary time and genomic space separating our species from nonlinguistic primate ancestors”.

que estaria relacionado com uma desordem de linguagem altamente hereditária, a *dispraxia verbal* (cf. Berwick; Chomsky, 2017).¹³

Quanto ao avanço nas novas descobertas da teoria gramatical gerativa, temos, como exemplo, a ideia de que a GU está em interação com princípios mais gerais, “tais como o princípio da Computação Mínima” (Chomsky, 2018, p. 50), ou *Merge*, como este princípio vem sendo denominado na teoria gerativa (cf. Chomsky, 1999, 2018), a partir de sua versão minimalista (**O programa Minimalista**). É claro que, conforme veremos, na essência, a noção de GU manteve-se a mesma, mas foi refinada. Por isso, em vários momentos da história recente da gramática gerativa, de acordo com o que podemos verificar em várias publicações de Chomsky e ao longo delas (Chomsky, 1965, 1968, 1972, 1979, 1981, 1980, 2006, 2014, 2018), esse conceito, isto é a GU, vai aos poucos adquirindo novos contornos e cada vez mais se aproximando das ideias de Kant no que se refere à hipótese aqui defendida, qual seja, a de que a razão é uma estrutura vazia, uma forma pura sem conteúdo, que contém apenas as noções inatas de espaço e de tempo. De resto, não é demais insistir no fato de que Chomsky entende a GU como uma teoria do “estado inicial” da Faculdade da linguagem, sendo, portanto, universal, assim como a razão em Kant é uma estrutura (e não os conteúdos) que também é universal, no sentido de que é a mesma para todos os seres humanos, em todos os tempos e lugares, inata, isto é, não adquirida pela experiência para existir e, por isso, do ponto de vista do conhecimento, anterior e independente da

¹³ Para maiores detalhes, ver Berwick e Chomsky (2017) **Por que apenas nós?** – Linguagem e evolução. Embora aceitem os termos gerais dos argumentos trazidos pelos biólogos evolucionistas neste campo, Berwick e Chomsky entendem que “até agora a maior parte da evidência nos sugere que o gene *FOXP2* não trata da questão da faculdade central da linguagem humana (p. 94). Para eles, “se esse ponto de vista está no caminho certo, então o *FOXP2* é mais parecido com o projeto que auxilia a manufatura de um sistema de *input-output* de um computador (como uma impressora), ao invés de fazer parte do projeto de manufatura do processador central do computador em si” (Berwick e Chomsky, 2017, p. 93).

experiência, portanto, uma estrutura da razão *a priori*.¹⁴ Vejamos, agora, como isso se dá do ponto de vista Kantiano.

2. A TEORIA DO CONHECIMENTO DE KANT E AS IDEIAS KANTIANAS DO A PRIORI

O que se segue está baseado fundamentalmente nas exposições e argumentações de Longuenesse (2019) em *Kant e o poder de julgar*, a quem seguimos de perto.

Kant desloca a problemática da questão de uma perspectiva ontológica para uma perspectiva epistemológica. Com esse deslocamento, a própria base do dualismo ontológico é solapada: Kant afirma que o próprio conceito de existência não se refere à realidade, mas tão somente à representação que dela fazemos em nosso entendimento. Os dois polos do dualismo passam a ser agora a *coisa-em-si* e o *fenômeno*; em outras palavras, as coisas tal como são, a despeito do conhecimento que delas possamos ter, e a representação que fazemos destas mesmas coisas e que chamamos de conhecimento.¹⁵ Essa representação deve, ademais, partir sempre da experiência. E daí somos levados a um novo dualismo. Todo fenômeno é composto por dois elementos distintos: a intuição (obtida a partir da sensação) e o conceito (obtido a partir do entendimento). Tendo o deslocamento dessas questões como pano de fundo, ou melhor, como uma espécie de moldura, *Crítica da razão pura* busca compreender

¹⁴ Para uma discussão aprofundada sobre as noções de “a priori” e “inato” em Kant, ver Marques (1990, 2008).

¹⁵ Para Kant, nós só podemos conhecer o *fenômeno*, jamais o *númeno*. O primeiro seria a forma como a realidade aparece para nós, aquilo que podemos perceber dela, enquanto o segundo seria a realidade em si mesma. Isso se dá por uma limitação da nossa inteligência, que não consegue captar a coisa *em si mesma*. Para uma abordagem crítica desta perspectiva kantiana, via filosofia analítica, que reforcem nossos argumentos a respeito da aproximação de Kant com Chomsky, ver Strawson (1966) em *The Bounds of Sense: an Essay on Kant's Critique of Pure Reason*. Há uma outra crítica no campo da filosofia analítica que busca refutar as distinções de Kant entre *fenômeno* e *númeno*, que se aproxima ainda mais da nossa argumentação. Trata-se do *Mito do Dado*, de Wilfrid Sellars, em *Empirismo e filosofia da mente*. Ver Sellars (2008).

e responder às seguintes questões: 1) O que é a razão? 2) O que ela pode conhecer? 3) Quais são as condições para que haja conhecimento verdadeiro? 4) Quais são os limites que o conhecimento não pode transpor? 5) Como a razão e a experiência se relacionam?

Como o título da obra já demonstra, com *crítica*, Kant não está preocupado com os *conhecimentos* que a razão alcança, mas com as *condições* nas quais o conhecimento racional é possível, daí o fato de a entendermos como uma metateoria. *Crítica* aqui diz respeito à crítica da própria faculdade da razão em geral, considerada em todos os conhecimentos que pode alcançar sem se valer da experiência. Com o termo *pura*, Kant entende o exame da razão *antes e sem os dados oferecidos pela experiência*. Assim, para Kant, embora todos os conhecimentos *comecem* com a experiência, não é verdade que todos eles *provenham* dela. Como tal estudo se refere às condições *necessárias* e *universais* de todo conhecimento possível *antes* da experiência e *sem os dados* da experiência, esse estudo não é empírico, é *a priori*, ou seja, tem prioridade com relação à experiência, é anterior à experiência e não provem dela; por isso esse estudo também não pode ser *a posteriori*, ou seja, posterior à experiência e dependente da experiência, como algo que provém dela. Assim diz Kant: “*a necessidade e a universalidade estrita são, assim, indícios seguros de um conhecimento a priori, e também pertencem inseparavelmente uma à outra* (Kant B4; 2022, p. 47). Pelo termo *transcendental*, Kant denomina “todo conhecimento que em geral se ocupa não tanto com objetos, mas com nosso *modo de conhecimento* de objetos na medida em que este deve ser possível *a priori* (Kant, 1999, p. 65, sublinhei).

Já a *razão*, por sua vez, é uma estrutura vazia, isto é, uma forma pura sem conteúdos. Essa estrutura (e não os conteúdos) que é universal – a mes-

ma para todos os seres humanos, em todos os tempos e lugares – é inata, isto é, não é adquirida pela experiência. Sendo inata, e por não depender da experiência para existir do ponto de vista do conhecimento, a razão é *anterior* e *independente* da experiência, portanto, a razão é uma estrutura *a priori*. O que não significa dizer que os conteúdos que a razão conhece e nos quais ela pensa não dependam, estes sim, da experiência. Sem a experiência, a razão seria sempre vazia, sem operação, e nada conheceria. Isto implica dizer que a experiência fornece a matéria, os conteúdos do conhecimento para a razão; por sua vez, esta, a razão, fornece a forma, universal e necessária, do conhecimento. Justamente por ser fornecida pela experiência, a matéria do conhecimento (seus conteúdos) vem *depois*, ou, na terminologia kantiana, *a posteriori*.

Kant supera, assim, a contradição e o impasse entre inatistas e empiristas. Para ele, tanto inatistas como empiristas estavam errados. O engano dos inatistas foi supor que os conteúdos ou a matéria do conhecimento são inatos, quando o que de fato é inato é a estrutura da razão. O engano dos empiristas foi supor que a estrutura da razão é adquirida por experiência ou causada pela experiência. É esse o sentido da conhecida réplica de Leibniz a Locke: “*Nihil est in intellectu, quod non fuerit in sensu, excipe: nisi ipse intellectus*” [Nada há no intelecto que não tenha passado primeiro pelos sentidos – a não ser o próprio intelecto] (Leibniz, 1988, p. 58). Uma primeira observação pode nos induzir a pensar que Kant não fala de “formas inatas” do conhecimento, o que, talvez, pudesse afastá-lo de Chomsky. No entanto, veremos que não é bem assim. Dir-se-á, na esteira de Marques (1990), talvez que a *Crítica da Razão Pura*, “menos que propriamente negar o inato, retira-o do ambiente em que ele se encontrava, transferindo-o, por assim dizer, da metafísica teológica (ou da psicologia supostamente racional) para a crítica do conhecimento

(Marques, 1990, p. 43). Ademais, há importantes exegetas de Kant, como Vaihinger – na primeira e na segunda edições do seu *Comentário sobre a Crítica da Razão Pura* –, que entenderam a intercambialidade dos termos: “o que Kant expõe (...) é no fundo a tese dos *Novos Ensaios de Leibniz*”. Apontando o “aperfeiçoamento” da doutrina inatista por parte do filósofo, Vaihinger indica ainda o “parentesco (Verwandschaft)” que a seu ver ocorre entre “inato” e “a priori” na “Estética”, pelo que, de resto, ambos seriam, “no essencial (im wesentlich)”, “idênticos” (cf. Marques, 2008, p. 124). Outro aspecto importante da aproximação entre as ideias de Kant e de Chomsky está no fato de que ambos buscam responder à seguinte questão: “Quais são os limites do conhecimento humano?”, “Quais são os limites que o conhecimento não pode transpor?”.

Outra fator fundamental que nos leva a aproximar as ideias de Chomsky às de Kant é a aplicação, não apenas por Chomsky, mas por toda a corrente linguística de abordagem gerativista, dos fenômenos linguísticos como sendo de base científica naturalista ou biológica. Ou seja, para Chomsky a linguística é um ramo das ciências naturais ou biológicas. Fala-se, atualmente, entre os linguistas dessa corrente, inclusive em *Biolinguística*. Pois, assim, exige-se da ciência a aplicação de uma importante regra metodológica de Kant, qual seja: a de “produzir teorias dinâmicas dos fenômenos naturais” (Blum, 1998, p. 10). Aos poucos, em cada publicação, Chomsky vai incorporando uma expressão ou outra, uma ilustração ou outra, um exemplo ou outro, ou mesmo um argumento que se aproxima cada vez mais das ideias de Kant, ainda que esta não seja deliberadamente a sua intenção. As citações a Kant, outrora parcas e desproporcionais, considerando as muitas outras referências aos filósofos clássicos, passam a ser mais frequentes, demonstrando, inclusive, que elas provêm de uma leitura direta ao autor fonte, diferentemente do

que ocorreu em *Linguística cartesiana*, que, conforme apontaremos mais adiante, não se deu diretamente, senão de forma marginal, conforme o próprio Chomsky então reconhecia. Neste caso, é possível observar que já em *Reflexões sobre a linguagem* (1980 [1975]), Chomsky, parte de Cudworth para chegar a Kant. É fundamental notar que a mobilização de Ralph Cudworth no pensamento de Chomsky não visa a estabelecê-lo meramente como um precursor linear de Kant, mas sim identificar uma linhagem de resistência ao empirismo que culminaria na síntese kantiana. Em *Reflexões sobre a Linguagem*, Chomsky utiliza a epistemologia de Cudworth – especificamente a ideia de que o “livro da natureza” só é legível para o “olho intelectual” – como um ponto de partida histórico para validar sua hipótese do inatismo. No entanto, a passagem de Cudworth para Kant no argumento chomskyano não é uma simples sucessão cronológica; é uma transição de uma teoria das ideias inatas para uma hipótese de **estruturas formais a priori**.

Nesta obra, ele reavalia suas posições e responde aos críticos a sua “hipótese do inatismo”. Primeiramente, Chomsky defende-se dos críticos ao afirmar: “nunca empreguei essa expressão”, para, em seguida, afirmar claramente que “toda ‘teoria da aprendizagem’ digna de consideração incorpora uma hipótese de inatismo” (Chomsky, 1980 [1975], p. 16).

Conforme bem observou Sell (2002a, p. 21), nota-se em primeiro lugar, nessas colocações de Chomsky, um esforço no sentido de definir com exatidão os termos da discussão: “é preciso diferenciar uma ‘teoria das ideias inatas’ (que podemos encontrar em Platão, Plotino, Santo Agostinho e mesmo numa certa leitura, talvez equivocada, de Descartes) de uma ‘hipótese de ideias inatas’.” Assim, o contra-ataque que se segue, conforme adverte Sell (2002a), “vem recheado de citações que propõem que mesmo aqueles autores que dão

apoio às teorias contrárias ao inatismo, não conseguem coerentemente abandoná-lo”. Mas, o que é mais importante para este nosso argumento é o fato de que Chomsky, conforme passaremos a demonstrar mais adiante, parte de sua sempre fonte segura, que é Cudworth – aliás, sucessivamente citado via – isto é, *apud* – Lovejoy (1908) –, para chegar a Kant:

Para Cudworth, o “livro da natureza” é “legível apenas para o olho intelectual”, da mesma forma que um homem que lê um livro numa língua que conhece é capaz de aprender alguma coisa a partir das “garatujas da pena”. “Os objetos primeiros da ciência e da intelecção”, isto é, “as essências inteligíveis das coisas”, “existem tão-somente no próprio espírito, criações suas que são (...) Através destas ideias inerentes, que são seus objetos primeiros, o espírito conhece e apreende todas as coisas exteriores particulares, que são apenas objetos secundários do conhecimento”. [...] Entre as “ideias inatas” ou “noções comuns” discutidas na obra rica e variada dos racionalistas do século XVII estão, por exemplo, conceitos geométricos e similares, mas também “ideias *relacionais* ou categorias que entram em toda apresentação de objetos e tornam possível a unidade e a interconexão das experiências racionais”, incluindo-se “noções relativas como “Causa e Efeito, Todo e Parte, Semelhante e Diferente, Proporção e Analogia, Igualdade e Desigualdade, Simetria e Assimetria”. Todas estas ideias *relativas* “... [são] ... não marcas materiais exteriores impressas na alma, mas *sua própria atividade de concepção produzida por ela própria na medida em que registra os objetos exteriores*” (Chomsky, 1980 [1975], p. 12).

A relação entre Cudworth e Kant, conforme apresentada por Chomsky, torna-se clara quando observamos o que ele denomina “ideias relacionais”. Enquanto Cudworth antecipa a atividade do intelecto na organização dos dados sensíveis, é em Kant que Chomsky encontra a formalização dessas facul-

dades como ‘condições de possibilidade’ da experiência. Portanto, a relação não é de subordinação (Cudworth como “pré-Kant”), mas de convergência temática: desta perspectiva, ambos oferecem a Chomsky os fundamentos para sustentar que a Gramática Universal (GU) opera como uma estrutura inata que impõe forma ao caos dos estímulos externos.

Como já adiantamos, se, por um lado, ele parte de Cudworth, por outro, ele conclui suas observações não sem antes fazer menção a Kant nos seguintes termos: “Seguindo o desenvolvimento destas ideias, chegamos ao conceito similar de Kant de ‘conformidade dos objetos a nosso modo de cognição’”, ao que conclui, dizendo: “O espírito fornece os meios para a análise dos dados da experiência, e fornece também uma esquematização geral que delimita as estruturas cognitivas desenvolvidas com base na experiência” (Chomsky, 1980 [1975], p. 12).

Sendo assim, a aproximação entre a Gramática Universal (GU) e a filosofia de Kant, por mim aqui proposta, torna-se analiticamente robusta (assim espero) quando confrontamos a natureza das estruturas que permitem a experiência. Em Noam Chomsky, a GU é definida como “[...] *uma componente inata da mente humana que origina uma língua particular pela interação com a experiência vivida, ou ainda como um mecanismo que converte a experiência num sistema de conhecimento atingido*” (Chomsky, 1994, p. 23).

Este “mecanismo” não é um repositório de frases, mas uma condição formal. É aqui que o diálogo com Kant, de acordo como nossa hipótese, atinge seu ponto nevrálgico. Na *Crítica da Razão Pura*, Kant estabelece que, embora o conhecimento comece com a experiência, ele não surge apenas dela. O Sábio de Königsberg argumenta que a faculdade de conhecimento é despertada por objetos que estimulam os sentidos, mas que colocam em movimento a **ativida-**

de do entendimento para transformar a “matéria bruta das impressões sensíveis” em conhecimento.

Em uma análise comparativa dos fragmentos – “mecanismo de conversão” (Chomsky) e “atividade de nosso entendimento” (Kant) –, percebe-se que ambos os autores postulam uma mente **ativa** e não meramente passiva. O dado empírico — seja ele o ruído sonoro da fala ou a impressão sensorial do objeto — é, por si só, insuficiente para gerar a estrutura do conhecimento. Para Chomsky, a “pobreza do estímulo” exige que a mente já possua princípios básicos, pois “a menos que a mente já possuísse esses princípios básicos, nenhuma evidência poderia fornecê-los”.

Essa “posse de princípios” em Chomsky é equivalente ao que Kant denomina “conhecimentos *a priori*”: aqueles que são “independentes de toda e qualquer experiência” e que possuem “necessidade e universalidade estrita”. Assim como as categorias kantianas (causalidade, substância, etc.) – categorias que, segundo Steven Pinker, *cortam os ares*¹⁶ – são ferramentas formais que organizam a sensibilidade para torná-la inteligível, a GU funciona como um “esquematismo” linguístico que impõe limites e formas ao que pode ser uma língua humana possível. Portanto, a GU não é um “precursor” biológico de Kant, mas a manifestação, no campo da linguagem, da própria arquitetura transcendental que Kant descreveu para a razão pura.

No capítulo 4, “Cortando os ares”, da obra *Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a mente humana*, Steven Pinker – psicólogo e estu-

¹⁶ O psicólogo canadense, estudioso da mente e da linguagem, Steven Pinker denominou essas características da crítica kantiana com a pitoresca expressão “Cortando os ares”, nome do capítulo 4 de sua obra *Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a mente humana*. Segundo Pinker (2008, p.185), “mesmo quando nossos pensamentos parecem ser feitos de pura levitação, percebemos que ele está cortando os ares, obtendo sua tração dos conceitos invisíveis mas onipresentes de espaço, substância, tempo e causalidade”.

dioso da linguagem – apresenta um argumento que corrobora a hipótese por nós aqui defendida. Diz Pinker (2008),

Kant tentou forjar uma síntese do empirismo e do racionalismo, que, em linhas gerais, funciona bem no debate natureza-educação de hoje em dia. A mente não é uma mera associadora de impressões sensoriais [...], nem vem equipada com conhecimentos reais sobre o conteúdo do mundo [...]. O aparato inato da mente contribui é com um conjunto de estruturas abstratas e conceituais que organizam nossa experiência – espaço, tempo, substância, causalidade, número e lógica (hoje podemos acrescentar outros domínios, como seres vivos, outras mentes e a língua. Mas cada uma delas é uma forma vazia que precisa ser preenchida pelos exemplos verdadeiros, fornecidos pelos sentidos ou pela imaginação. Como explicou Kant, sua tese não “admite absolutamente nenhuma representação divinamente implantada ou inata [...]. É preciso, no entanto, existir um fundamento no sujeito que torne possível a essas representações se originarem dessa maneira, e não de outra [...]. Esse fundamento, pelo menos, é inato”. **A versão de Kant do nativismo [sic], em que a mente é dotada de estruturas de organização abstrata mas não do conhecimento real, é a mais viável atualmente, e pode ser encontrada, por exemplo, na linguística chomskyana, na psicologia evolutiva e na abordagem ao desenvolvimento cognitivo chamada especificidade de domínio** (Pinker 2008, pp. 186-187, grifo meu).

Embora, como se vê, Pinker não explicita *como* essa versão kantiana do inatismo pode ser encontrada, por exemplo, na linguística chomskyana, ele deixa algumas pistas para uma abordagem neste sentido. Nosso ensaio busca esclarecer como isso se dá. Ou aventa, como temos mostrado até aqui, algumas hipóteses de como isso é possível.

De fato, ainda que Chomsky não entre em maiores detalhes, todas as chamadas “ideias *relacionais* ou categorias que entram em toda apresentação de objetos e tornam possível a unidade e a interconexidade das experiências racionais”, assim por ele assinaladas, figuram como fundamento desenvolvido por

Kant na “Segunda Parte da Doutrina Transcendental dos Elementos”, “Lógica Transcendental”, ou “Analítica Transcendental”, especialmente na apresentação da “Tábua das Categorias”. (Kant B106, 2022, p. 114), conforme segue:

	<p>1) <i>Da quantidade:</i> Unidade Pluralidade Totalidade.</p>	
<p>2) <i>Da qualidade:</i> Realidade Negação Limitação.</p>		<p>3) <i>Da relação:</i> De inerência e subsistência (<i>substantia et accidens</i>) De causalidade e dependência (causa e efeito) De comunidade (reciprocidade entre agente e paciente).</p>
	<p>4) <i>Da modalidade:</i> Possibilidade-impossibilidade Existência-não existência Necessidade-contingência</p>	

2.1 *Juízos sintéticos e analíticos*

A doutrina kantiana das faculdades marcou um divisor de águas na epistemologia. Antes de Kant, tanto racionalistas continentais (Descartes, Malebranche, Espinosa, Leibniz e Wolff) como os empiristas britânicos (Bacon, Hobbes, Locke, Berkeley e Hume) não distinguiram claramente entre **sensações** e **ideias**. Para os empiristas, as sensações eram no mesmo nível epistêmico que a cognição de ideias, que eram abstraídas das impressões sensíveis. Para os racionalistas, as sensações eram ideias complexas a serem analisadas pela razão. Kant dividiu as faculdades cognitivas em **sensibilidade** e **entendimento**. A sensibilidade recebe estímulos sensoriais, produzindo intuições. O entendimento,

responsável pela espontaneidade dos conceitos, utiliza essas intuições para formar conceitos universais, como “árvore” aplicado a várias árvores observadas. Assim, o entendimento é discursivo e normativo. A faculdade do juízo forma proposições a partir dos conceitos, integrando crenças e conhecimento. O entendimento realiza sínteses: inicialmente, a imaginação produtiva sintetiza fenômenos em intuições particulares; depois, o entendimento forma conceitos universais; finalmente, a faculdade do juízo sintetiza conceitos em juízos, resultando no conhecimento proposicional (Longuenesse, 2019). É importante lembrar que, para Kant, a divisão das faculdades não corresponde a uma divisão ou repartição ontológica da mente ou consciência humana. As diferentes faculdades cognitivas são capacidades ou funções de uma mesma coisa, daí o fato de insistirmos mais uma vez na proximidade dessa formulação com as formulações de Chomsky sobre a faculdade da linguagem, já que segundo ele a FL^o está em relação com outros campos da modularidade da mente.

Na Introdução que fez para *The Oxford Handbook of Universal Grammar* (2016), Ian Roberts, editor da obra, afirmou que:

[...] a postulação da Gramática Universal situa a teoria linguística na tradição racionalista da filosofia. No início da Idade Moderna, os principais filósofos racionalistas foram Descartes, Kant e Leibniz. A relação entre o pensamento cartesiano e a linguística gerativa é bem conhecida, tendo sido tema de um livro de Chomsky (1966/2009), e é tratada em detalhes por McGilvray no capítulo 4 [da reedição do livro em 2009]. McGilvray também discute os neoplatônicos de Cambridge menos conhecidos, notadamente Cudworth, cujas ideias estão, de muitas maneiras, conectadas às de Chomsky [conforme nós também temos demonstrado neste ensaio]. Assim, aqui deixarei os cartesianos de lado e discutirei brevemente aspectos do pensamento de

Kant e Leibniz em relação à Gramática Universal (Roberts, 2016, p. 20).¹⁷

Com efeito, Roberts direciona seu argumento para o mesmo *topos* para o qual, neste trabalho, temos direcionado o nosso. Roberts entende que “*além de uma perspectiva geralmente racionalista, possivelmente existem conexões mais específicas entre Chomsky e Kant*”¹⁸ (Roberts, 2016, p. 20).

Na apresentação do texto de Hinzen (o capítulo 2 da referida obra editada por ele), Roberts afirma que Hinzen menciona que o conhecimento gramatical [tal como entendido por Chomsky] poderia ser visto como um “exemplo primordial” do *a priori* sintético de Kant. Kant estabeleceu duas distinções relativas aos tipos de juízos: uma entre juízos analíticos e sintéticos, e outra entre juízos *a priori* e *a posteriori* (Roberts, 2016, p. 20).¹⁹

O trecho mais contundente do texto de Roberts na aproximação que ele faz entre Kant e Chomsky afirma o seguinte:

Uma conexão adicional entre Kant e Chomsky reside na noção de “condição de possibilidade”. **Kant sustentava que só podemos experimentar a realidade porque ela se conforma às nossas capacidades perceptivas e cognitivas. De forma semelhante, podemos considerar a Gramática Universal como impondo condições**

¹⁷ No original: “As already pointed out, the postulation of UG situates linguistic theory in the rationalist tradition of philosophy. In the Early Modern era, the chief rationalist philosophers were Descartes, Kant, and Leibniz. The relation between Cartesian thought and generative linguistics is well known, having been the subject of a book by Chomsky (1966/2009), and is treated in detail by McGilvray in chapter 4. McGilvray also discusses the lesser-known Cambridge Neo-Platonists, notably Cudworth, whose ideas are in many ways connected to Chomsky’s. Accordingly, here I will leave the Cartesians aside and briefly discuss aspects of the thought of Kant and Leibniz in relation to UG.

¹⁸ No original: “*aside from a generally rationalist perspective, there are possibly more specific connections between Chomsky and Kant*”.

¹⁹ No original: “Hinzen mentions that grammatical knowledge could be seen as a ‘prime instance’ of Kant’s synthetic *a priori*. Kant made two distinctions concerning types of judgments, one between the analytic and synthetic judgments and one between *a priori* and *a posteriori* judgments”.

de possibilidade às gramáticas. Um ser humano não pode adquirir uma língua que esteja fora das condições de possibilidade impostas pela Gramática Universal; portanto, as gramáticas são como são, em virtude de uma condição de possibilidade para a linguagem humana (Roberts, 2016, p. 21, grifo meu).²⁰

Ademais, neste contexto, Roberts lembra que Bryan Magee havia entrevistado Chomsky no programa *Men of Ideas* da BBC em 1978. De acordo com ele, “Em sua introdução notavelmente lúcida ao pensamento de Chomsky (ver Magee 1978:174–5), Magee conclui dizendo que as visões de Chomsky sobre a linguagem, particularmente a aquisição da linguagem (essencialmente seus argumentos para a Gramática Universal interpretada como em (2)²¹), **soam como uma tradução em termos linguísticos de algumas das ideias básicas de Kant** (Magee 1978:175)” (grifo meu). A entrevista pode ser encontrada em <https://www.youtube.com/watch?v=3LqUA7W9wfg>. Quando questionado sobre se “pare[cia] estar refazendo, em termos de linguística moderna, o que Kant fazia. Se ele concorda[va] com alguma verdade nisso?” (Magee 1978:191, *apud* Roberts, 2016, p. 20), Chomsky respondeu da seguinte forma:

Não só aceito a verdade contida nisso, como até tentei expressá-la, de certa forma. No entanto, eu mesmo não me referi especificamente a Kant com muita frequência, mas sim à tradição do século XVII dos cartesianos continentais e dos neoplatônicos

²⁰ No original: “A further connection between Kant and Chomsky lies in the notion of ‘condition of possibility.’ Kant held that we can only experience reality because reality conforms to our perceptual and cognitive capacities. Similarly, one could see UG as imposing conditions of possibility on grammars. A human cannot acquire a language that falls outside the conditions of possibility imposed by UG, so grammars are the way they are as a condition of possibility for human language”.

²¹ “(2) UG is the general theory of I-languages, taken to be constituted by a subset of the set of possible generative grammars, and as such characterizes the genetically determined aspect of the human capacity for grammatical knowledge”. [Tradução: (2) A Gramática Universal (GU) é a teoria geral das línguas-I, consideradas constituídas por um subconjunto do conjunto de gramáticas gerativas possíveis, e, como tal, caracteriza o aspecto geneticamente determinado da capacidade humana para o conhecimento gramatical].

britânicos, que desenvolveram muitas ideias que hoje são muito mais familiares através dos escritos de Kant: por exemplo, a ideia de que a experiência se conforma ao nosso modo de cognição.

E, claro, trabalhos muito importantes sobre a estrutura da linguagem, sobre gramática universal, sobre a teoria da mente e até mesmo sobre liberdade e direitos humanos surgiram do mesmo solo (Magee 1978:191 *apud* Roberts, 2016, p. 20)²².

Como é possível observar, é o próprio Chomsky que não só aceita “a verdade contida na afirmação de que a Gramática Universal podia ser interpretada como [...] uma tradução em termos linguísticos de algumas das ideias básicas de Kant”, como também, segundo ele mesmo diz, “até tentou expressá-la, de certa forma”.

2.2 *Mas, então, por que não uma linguística kantiana?*

Entretanto, já em *Linguística Cartesiana*, na defesa do argumento de que “a aquisição da linguagem é uma questão de crescimento e maturação de capacidades relativamente fixas, em condições externas adequadas” e de que “a forma da linguagem adquirida é determinada em grande parte por fatores internos”, Chomsky (1972 [1966], p. 80) chama a atenção para o fato de que o funcionamento da capacidade linguística é ótimo em um certo “período crítico” do desenvolvimento intelectual. Neste ponto de sua argumentação, ele acentua que “o racionalismo do século XVII aborda o problema da aprendizagem – em particular a

²² No original: “not only accept the truth in it, I’ve even tried to bring it out, in a certain way. However I haven’t myself referred specifically to Kant very often, but rather to the seventeenth-century tradition of the continental Cartesians and the British Neoplatonists, who developed many ideas that are now much more familiar through the writings of Kant: for example the idea of experience conforming to our mode of cognition. And, of course, very important work on the structure of language, on universal grammar, on the theory of mind, and even on liberty and human rights grew from the same soil. (Magee 1978:191)”.

aprendizagem da linguagem – de maneira fundamentalmente não dogmática” (*op. cit.* p. 81), querendo demonstrar com isso a forma muito próxima das ideias do gerativismo com as dos filósofos racionalistas, no que diz respeito à noção de estrutura da mente e de sua relação com a linguagem, principalmente no processo de aquisição desta última pela criança.

Assim, Chomsky argumenta que o racionalismo do século XVII “observa que o conhecimento surge com base em dados muito dispersos e inadequados, e que há uniformidades no que é aprendido que não são de modo algum determinadas unicamente pelos próprios dados”. Há aqui, como se vê, embora tacitamente, a intenção do linguista de atribuir – ou de reconhecer antecipadamente – aos referidos filósofos o conhecido argumento da “pobreza de estímulo”, tão caro aos gerativistas. Chomsky conclui este argumento afirmando que, “por conseguinte, estas propriedades são atribuídas [pelos racionalistas] ao espírito, como condições prévias para a experiência” (p. 81).

Chomsky reconhece que “Descartes devotou pouca atenção à linguagem e suas poucas observações estão sujeitas a várias interpretações” (Chomsky 1972 [1966], p. 10). Todavia, apesar disso, “parece-me que há, no período que estamos aqui examinando”, ele argumenta, “o desenvolvimento, coerente e fecundo, de um corpo de ideias e conclusões referentes à natureza da linguagem, associado a uma certa teoria do pensamento, e este desenvolvimento pode ser julgado como resultado da revolução cartesiana” (*idem, ibidem*). Portanto, na perspectiva de Chomsky, “embora Descartes faça apenas escassas referências à linguagem em sua obra, certas observações sobre a natureza da linguagem desempenham papel significativo na formulação de sua concepção geral” (Chomsky 1972 [1966], p. 13). De modo que, do ponto de vista de Chomsky, Descartes é o iniciador de uma concepção da natureza humana que incide sobre a concepção racional de

linguagem. Argumentando a partir da presumida impossibilidade de uma explicação mecanicista do aspecto criador do uso normal da linguagem, segundo Chomsky, Descartes conclui que, a de mais do corpo, é necessário atribuir um espírito – substância cuja essência é o pensamento – aos outros seres humanos. Pelos argumentos que oferece em favor da associação do espírito aos corpos que “tem uma semelhança” com o seu, parece claro, diz Chomsky, que a substância postulada desempenha o papel de um “espírito criador”, ao lado do “princípio mecânico”, que explica, sempre segundo Chomsky, as funções corporais. Assim, “a razão humana de fato ‘é um instrumento universal que pode servir para todas as contingências, enquanto os órgãos de um animal ou de uma máquina ‘necessitam de alguma disposição particular para cada ação particular’”. Este é para Chomsky o papel decisivo da linguagem no argumento de Descartes. Daí uma *linguística cartesiana*.

Depois de Descartes, um dos filósofos mais citados por Chomsky em *Linguística cartesiana* é Cudworth. Ralph Cudworth (1618-1688) foi um filósofo inglês que fazia parte – embora ele mesmo não se reconhecesse em tal rótulo (Hutton, 2021)²³ – do movimento filosófico conhecido como *Platonistas de Cambridge* (meados do século XVII). Para Cudworth, conforme observa Chomsky, a interpretação dos dados sensoriais em termos de objetos e suas relações, em termos de causa e efeito, relações entre todo e parte, simetria, proporção, funções para que servem os objetos e os usos característicos que lhes são dados, julgamentos morais etc., é o resultado da atividade organizadora do espírito. Ainda conforme as observações de Chomsky a respeito das ideias de Cudworth, citado em trechos breves, mas significativos, o mesmo vale para a unidade dos objetos: os sentidos atuam como um “telescópio estreito”,

²³ HUTTON, S. “Ralph Cudworth”, The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2021.

[...] que só fornece vistas fragmentárias e sucessivas, “mas somente o espírito pode dar uma ideia global do todo”, com todas as suas partes, relações, proporções e qualidades de Gestalt. É neste sentido que falamos da ideia inteligível de um objeto como não sendo “estampada ou impressa de fora na alma, mas, na ocasião da ideia sensível excitada, e exercida pelo poder interior, ativo e englobante, do próprio intelecto” (Chomsky, 1972 [1966], p. 85).

Em *Linguística cartesiana*²⁴, Chomsky estabelece relações entre Cudworth e Descartes, baseando-se nas obras de G. Lyons (1888), J. Passmore (1951) e L. Gysi (1962). Embora Cudworth tenha sofrido influência da filosofia de Descartes, suas ideias, especialmente no campo da epistemologia, são mais próximas das concepções filosóficas que Emmanuel Kant desenvolveria mais tarde em *Crítica da Razão Pura*. O próprio Chomsky reconhece isso ao afirmar que “ideias desse tipo, relacionadas à percepção, eram comuns no século XVII, mas foram suprimidas pela corrente empirista e depois revividas por Kant e pelos românticos” (Chomsky, 1972 [1966], p. 85). Apesar de Chomsky não detalhar essa questão, essa nota é reveladora e, portanto, explica suas escolhas, conforme ficará claro mais adiante. Vejamos algumas passagens dessas citações.

Ao focalizar a atenção sobre os princípios de interpretação inatos, que são condição prévia da experiência e do conhecimento, e ao acentuar que estes princípios são implícitos e podem exigir estímulo externo a fim de tornarem ativos ou alcançáveis pela introspecção, Herbert expressou muito daquilo que pertence à teoria psicológica subjacente à linguística cartesiana, assim como **acentuou aqueles aspectos do conhecimento que foram desenvolvidos por Descartes e, mais tarde, pelos platônicos ingleses, por Leibniz e Kant** (Chomsky, 1972 [1966], p. 78), grifo meu).

²⁴ Citado aqui na tradução da edição brasileira de 1972.

Como é possível observar nessa referência a Kant, pela disposição dos nomes ordenados por Chomsky, parece que Descartes iniciou essa tradição, que, após passar pelos platônicos ingleses, foi assumida por Leibniz e, tardiamente, por Kant. Essa ordem justificaria a ligação que Chomsky faz entre sua linguística e as ideias cartesianas.

2.3 Uma linguística cartesiana ou uma história da linguística em causa própria

Nos estudos sobre a linguagem, é comum aproximar as ideias linguísticas de Noam Chomsky às de René Descartes e das gramáticas gerais dos séculos XVII e XVIII, e não às de Kant, como proposto neste trabalho.²⁵ Com o conceito de Gramática Universal (GU), Chomsky ressignificou a busca racionalista por universais linguísticos. Edward Lopes observa que a revolução chomskyana retorna a estágios antigos do pensamento linguístico, destacando a relação com a gramática tradicional dos séculos XVII e XVIII (Lopes, 1980, p. 193). Em que pese o fato de necessitar haver maior precisão terminológica quanto ao emprego, por parte

²⁵ Com relação ao português, é importante observar a aproximação que Edward Lopes estabeleceu entre Soares Barbosa (séc. XIX) e Chomsky (cf. Alfa, Revista de Linguística (1986-1987)). Ali, publica Edward Lopes “*Um protótipo de gramática gerativa portuguesa: a gramática de Soares Barbosa*”, artigo em que o autor conclui “[...] que a Grammatica Philosophica não só compendiou de modo exemplar a melhor ciência linguística de seus dias, como elaborou, assim fazendo, o protótipo iluminista da primeira gramática gerativa da língua portuguesa” (Lopes, 1986-1987, p. 50), uma vez que, para Lopes, há “uma distinção capital na obra de S[oa]res B[arbosa] [que] aparece primeiramente formulada em termos de uma dicotomia entre os aspectos mecânico e material e os aspectos lógico e espiritual (= mental) das línguas” (p. 44). Segundo Lopes (op. cit.) “era assim que S[oa]res B[arbosa] via as duas modalidades de estruturas que denominaríamos, hoje, numa metalinguagem chomskyana, de (a) a organização superficial das unidades relacionadas com a forma física, *mechanica e material*, da expressão, determinando, de um lado, quando a modalidade de expressão fosse a fala, a *interpretação fonética*, e, de outro lado quando a modalidade de expressão fosse a escrita, a *interpretação gráfica*; e (b) a estrutura abstrata, lógica e mental, que determina a *interpretação semântica* do plano de expressão, ‘como signaes que são das nossas ideias e pensamentos’, no dizer do autor da gramática filosófica. O que se tem aqui, sempre em termos chomskyanos, é a mais clara distinção entre uma estrutura semântica, de estatuto lógico, abstrata e de nível profundo, e uma estrutura fonética, de estatuto substancial, material e de nível de superfície, das, ambas, da função interpretativa para o enunciado discursivo” (Lopes, 1986-1987, p. 44). Todas essas ideias, claro está, foram desenvolvidas antes da simplificação da teoria, ou melhor, antes de sua última versão, apresentada no **Programa Minimalista** (ver. Chomsky, 1999; Raposo, 1999).

de Lopes (op. cit.), àquilo que ele se refere como *gramática tradicional*, que pode ela mesma ser subdividida ou diferenciada nas suas origens grega até a abordagem racionalista francesa – exatamente a do período apontado por ele²⁶ –, é preciso observar que Chomsky, em *Linguística cartesiana* (1966), revisou a história da linguística alinhando-a às suas concepções, embora essa visão não tenha convencido os estudiosos da área (ver Aarsleff, 1970, 1982; Koerner, 1996, 2014; Auroux, 2008, 2021).²⁷ Ele considerou esse retorno às preocupações clássicas como uma redescoberta de ideias negligenciadas pelos séculos XIX e XX (Chomsky, 1972 [1966], p. 9, nota 1). Chomsky ainda destacou o desenvolvimento de ideias sobre a natureza da linguagem associado à teoria do pensamento como resultado da revolução cartesiana, reconhecendo outros exploradores nesse campo (Chomsky, 1972 [1966], p. 10), lista autores como Descartes, Cordemoy, Humboldt, os Senhores de Port-Royal, Du Marsais, Beauzée e Leibniz como precursores do desenvolvimento de ideias independentes na Gramática Gerativa, ao passo que ignora outros tantos, inclusive, considerados por seus críticos mais importantes que esses.²⁸ Do mesmo modo, no que diz respeito ao trabalho de Kant, é o próprio Chomsky quem reconhece no *Resumo* – uma espécie de considerações fi-

²⁶ Ver Campos e Leite (2019) para uma abordagem desta subdivisão, ou melhor, da constatação, por exemplo, de que nos séculos XVII e XVIII a teorização gramatical passou por uma renovação, isso de mostrando claramente que a teoria gramatical em gramática tradicional mantém em seu bojo diferentes camadas, de diferentes remodelações e reorganização quer teórica, terminológica, quer conceitual da dita gramática tradicional. O que quer dizer que ela não é homogênea como a expressão “gramática tradicional” empregada por Lopes (1980) incorretamente faz pensar.

²⁷ Para um visão crítica totalmente oposta à abordagem histórica de Chomsky, ver, por exemplo, Aarsleff (1970), *The history of linguistics and Professor Chomsky, in Language*. Neste artigo, Aarsleff analisa minuciosamente as afirmações de Chomsky e argumenta que “a versão de Chomsky da história da linguística é fundamentalmente falsa. Com evidências extraídas de revisões recentes e algumas informações adicionais, ele argumenta que o termo ‘cartesiano’ não tem justificativa histórica em relação à teoria linguística incorporada na gramática de Port-Royal de 1660.

²⁸ Aarsleff argumentou que a interpretação de Chomsky sobre a história da linguística racionalista era falha, porque ignorou autores britânicos do século XVIII — como James Beattie, Lord Monboddo (James Burnett) e John Gregory — que abordaram o inatismo e a estrutura mental da linguagem antes ou de forma mais consistente que os autores citados por Chomsky. Ver Aarsleff (1970, 1982). Para uma resposta contundente de Chomsky a Aarsleff a essa controvérsia, ver Barsky, (2004, p. 134-135).

nais de *Linguística cartesiana* – não tê-lo abordado de forma satisfatória, às vezes apenas marginalmente: “algumas figuras – Kant, por exemplo – não foram mencionadas, ou foram discutidas inadequadamente” (Chomsky, 1972, [1966], p. 90). A segunda edição de *Linguística cartesiana* (Chomsky, 2002) não trouxe nenhuma modificação²⁹ com relação a esse problema, uma vez que não houve substanciais acréscimos no que se refere às ideias kantianas. Chomsky apresenta aí as suas razões para a não inclusão do nome de Kant e de uma maior articulação das ideias deste filósofo com aquilo que ele denominou *linguística cartesiana*, entendida, principalmente, como *racionalista*. Vejamos:

É importante ter em mente que a vista geral aqui apresentada é muito fragmentária, sendo portanto, em certo sentido, enganadora. [...] **A organização desta análise geral introduziu uma certa distorção, pelo fato de ser ela a projeção para trás de algumas ideias de interesse atual**, e não uma apresentação sistemática da moldura em que essas ideias surgiram e encontraram lugar (Chomsky, 1972, [1966], p. 90, grifo meu).

As alegações de Chomsky apontam para um tipo de escrita da história da linguística denominado por Koerner (2014 [1994], p. 09) como “história revolucionária, concebida como propaganda para um novo paradigma [...]”, sendo o melhor exemplo deste tipo” de obra, justamente, “*Cartesian linguistics* (1966)”, aqui em análise. De acordo com Koerner, “este livro apresenta o ponto de vista do autor relativamente às origens das suas próprias teorias de forma

²⁹ Na terceira edição de *Linguística Cartesiana*, Kant é citado quatro vezes: uma, na nova introdução, realizada por James McGilvray para argumentar sobre a criatividade; nas outras três pelo próprio Chomsky, em “Parafraçando Kant e von Humboldt, a única maneira de as pessoas apreciarem a liberdade e a criatividade é experimentá-las. As instituições educacionais devem oferecer a oportunidade de fazer isso, mesmo – e talvez especialmente – durante os primeiros anos de vida da criança” (McGilvray, 2014, *Introduction to the third edition*, p. 50).

tão brilhante que muitos jovens estudantes da linguagem foram levados por esta nova visão da história” (Koerner, (2014 [1994], p. 14).

Segundo Koerner (op. cit.), trata-se de uma espécie de *Whig history*, ou escrita da história em causa própria. Para Koerner (2014 [1994]), esse tipo de obra “seleciona e reinterpreta a investigação linguística passada com o objetivo de provar a ideia do autor de que a linguística só se constituiu enquanto ciência em 1955 ou em 1957”, através de Chomsky, e que “o trabalho anterior era totalmente inadequado” (Koerner, 2014 [1994], p. 15). Alguns historiadores entendem isso como *teleológico*: “*explicar o passado pelo futuro*” (Auroux, 2021 [2006], p. 02), justificando práticas atuais ao olhar para o passado.

De acordo com Koerner (op. cit., p. 10-11), nos anos 1960, após diversas reivindicações de Chomsky de que suas teorias tinham pouco a ver com as atividades de seus antecessores imediatos e contemporâneos, mas seguiam tradições como as da gramática de Port-Royal e Wilhelm von Humboldt, a maioria das teses de doutorado na história da linguística se concentrou nessas áreas, distorcendo, por vezes, a verdadeira intenção e propósito desses autores anteriores. Por isso Chomsky procura justificar-se de sua abordagem em *Linguística cartesiana*, afirmando que:

[...] assim, foram acentuadas as semelhanças e ignoradas as divergências e conflitos. Contudo, mesmo uma exposição geral tão fragmentária como esta indica, parece-me, que a descontinuidade do desenvolvimento da teoria linguística foi-lhe muito prejudicial, e que um cuidadoso exame da teoria linguística clássica, juntamente com a teoria dos processos mentais, que a acompanha, mostrará ser um empreendimento de considerável valor (Chomsky, 1972, [1966], p. 90).

3. POR QUE INSISTIR, ENTÃO, EM UMA LINGUÍSTICA KANTIANA?

Os argumentos para aproximar as ideias de Chomsky às de Kant podem ser reforçados pelo comentário do filósofo Gilles-Gaston Granger. Segundo ele, “*não é cognoscível cientificamente na natureza senão o que for matematizável*” (Granger, 2013, p. 260). Este formalismo matematizável se aplica não apenas à teoria gramatical de Chomsky, mas também às práticas científicas em outros domínios, como a semântica formal. Essa interpretação está próxima do pensamento kantiano, que vincula a ciência à matemática e aos *a priori* sintéticos das formas de intuição. Chomsky buscou matematizar a linguística, utilizando pressupostos lógico-matemáticos e uma linguagem altamente formal.³⁰ Sua abordagem para o estudo da sintaxe é comparável em aridez às propostas de Richard Montague³¹ e da Semântica formal, seguindo os estudos de Alfred Tarski (Tarski, 2007). Montague foi orientado por Tarski na Universidade da Califórnia (Berke-

³⁰ Para um estudo sobre as relações entre Linguística e Matemática, ver Sylvian Auroux (Auroux, 2012), bem como os trabalhos de Zellig Harris (1909-1992), (Harris, 1968, 1982), *Mathematical Structure of Language*, 1968; *A Grammar of English on Mathematical Principles*, 1982, introdutor do distribucionismo em linguística e orientador de Noam Chomsky. No âmbito da linguística francófona ver Maurice Gross (1934-2001) (Gross, 1976), que foi um seguidor dos postulados harrissianos (Gross, 1976, p. 10), *Modelos matemáticos em linguística*, começou tentando elaborar uma gramática gerativa (transformacional) do francês em *Grammaire Transformationnelle du Français: syntaxe du verbe*, (Gross, 1968), e que, segundo Perini (2007), acabou chegando à conclusão de que faltava um trabalho descritivo preliminar (Perini, 2007, pp. 24-25) para levar seus estudos a termo.

³¹ Para uma introdução fartamente explicativa, ilustrada e discutida sobre a gramática e a filosofia da linguagem, segundo Montague, ver Thomason (1974, p. 9-77). O trabalho de Montague apresenta extrema dificuldade para o não iniciado em notações de lógica simbólica e na notação de conjuntos; há, todavia, uma excelente introdução de Richmond H. Thomason (1977 [1974]), que, em um reconhecido esforço elucidativo, apresenta a *Gramática de Montague*, como a teoria desse autor ficou conhecida, de maneira mais palatável, embora ainda se exija do leitor algum conhecimento elementar de lógica. Para Montague não há diferença de princípio entre a semântica das línguas naturais e a das artificiais. Ele se utilizou de desenvolvimentos recentes da lógica intensional para evidenciar a estrutura lógica das línguas naturais, usando como referência o inglês. Segundo Partee (1973 [1976]), em Montague, a sintaxe é orientada para a superfície, não havendo transformações, como na sintaxe de Chomsky, até o modelo apresentado em *O Programa Minimalista* (Chomsky, 1999 [1995]). As expressões da linguagem natural são reformuladas, mediante regras de conversão, na linguagem da lógica intensional, cuja interpretação é prevista pelo modelo teórico.

ley) (Partee, 2006).³² Além disso, não podemos esquecer os trabalhos de Louis Hjelmslev (1899-1965), sob a perspectiva lógico-matematizável da linguística.

Conforme observou Benveniste (2005 [1958]), em *Problemas de Linguística I*, Hjelmslev igualmente buscou um “modelo lógico” para a Linguística com a *Glossemática*, embora – não deixemos de reconhecer – o interesse do linguista fosse dar à linguística uma abordagem metodológica e epistemológica *per sí*, isto é, independente de outros campos e teorias, movimento que ficou conhecido, conforme sabemos, ao mesmo tempo como uma perspectiva e uma abordagem *imane*nte das ciências da linguagem *nas* ciências da linguagem, em estrito senso, isto é, definidos pela própria linguística voltada para si mesma:

A teoria que L. Hjelmslev, na Dinamarca, quer promover sob o nome de *glossemática* é uma construção de um “modelo” lógico de língua e um corpo de definições mais que um instrumento de exploração do universo linguístico. A ideia central aqui é, grosso modo, a do “signo” saussuriano, em que a expressão e o conteúdo (equivalendo ao ‘significante’ e ao ‘significado’ saussurianos) são estabelecidos como dois planos correlativos, cada um dos quais comporta uma ‘forma’ e uma ‘substância’. **Parte-se aqui da linguística em direção à lógica** (Benveniste, 2005, p. 14, grifo meu).

É possível observar também do comentário agudo de Benveniste que as relações entre lógicos e linguistas, embora ambos estivessem na busca dos mesmos propósitos, estavam, todavia, longe de manter um profícuo diálogo entre si:

Nesse ponto, percebe-se o que poderia ser uma convergência **entre disciplinas que se ignoram ainda em grande parte**. No momento em que linguistas ciosos de rigor procuram lançar mão das vias e mesmo do aparato da lógica simbólica para as suas

³²Ver respectivamente Cherchia (2003); Tarski (2007). Para uma abordagem desses estudos na produção linguística brasileira, ver Müller, Negrão, Foltran (orgs.) (2003) e mais recentemente Ferreira (2022).

operações formais, acontece que **os lógicos se tornam atentos à “significação” linguística** e, seguindo Russell e Wittgenstein, se interessam cada vez mais pelo problema da língua (Benveniste, 2005, p. 14, grifo meu).

Benveniste, nesse importante comentário, conclui que os caminhos de lógicos e linguistas “*cruzam-se mais do que se encontram*, e os lógicos preocupados com a linguagem nem sempre encontram com quem falar” (op. cit., p. 14, sublinhamos). Segundo essa avaliação – que, à propósito, reflete muito bem o porquê de a relação da linguística ser maior com o campo da matemática, incluindo aqui justamente a linguística desenvolvida por Chomsky e seus colaboradores desde os finais dos anos 50 do século XX, e, menor com a lógica –, é que há uma preocupação por parte dos linguistas, demasiadamente kantiana, de que “não é cognoscível cientificamente na natureza senão o que for matematizável”, bem no sentido que havíamos mencionado algumas linhas antes, segundo as observações de Granger. Nas palavras de Benveniste:

Para dizer a verdade, os linguistas que gostariam de garantir para o estudo da linguagem uma conotação científica se voltam de preferência para a matemática, *procuram processos de transcrição mais que um método axiomático*, cedem um tanto facilmente à atração de certas técnicas modernas, como a teoria cibernética ou a da informação (Benveniste, 2005, p. 14, sublinhamos).

No âmbito da linguística chomskyana, a crítica de Benveniste pode parecer exagerada, dada a busca sistemática do gerativismo por um método axiomático, especialmente nos estudos de sintaxe, desde os anos 50. Para Benveniste, “uma tarefa mais produtiva consistiria em refletir nos meios de aplicar em linguística certas operações da lógica simbólica” (Benveniste, 2005, p. 14).

A lógica simbólica recusa a linguagem “ordinária” e busca criar uma língua inteiramente simbólica, caminho seguido pela gramática de Montague e pela semântica formal. Além disso, há outra conexão importante entre as ideias de Kant e Chomsky: o **monismo** e o **dualismo**, abordagens clássicas nas filosofias da mente, onde Kant e Chomsky mostram proximidade.

3.1 *Monismo e Dualismo dão conta?*

Ao longo da história, a mente foi concebida como uma relação matéria-espírito, corpo-alma, corpo-mente, matéria-consciência, etc.³³ As respostas podem ser monistas, que sustentam uma única realidade, ou dualistas, que separam espírito e matéria. O *monismo* foi historicamente materialista, mas recentemente fala-se em monismo espiritual. Segundo Descartes, o atributo essencial da alma³⁴ é o pensamento (entendendo-se por pensamento todo o tipo de atividade mental); já o atributo fundamental do corpo, a extensão. Assim, o *dualismo*, segundo Descartes, distingue entre o mental (a alma) o físico: “de sorte que esse *eu*, isto é, a alma, pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo e, mesmo, que é mais fácil de conhecer do que ele, e ainda que este nada fosse, ela não deixaria de ser tudo o que é”³⁵ (Descartes, 1983, p. 47). A mente é conhecida diretamente pela consciência, enquanto o corpo é parte da extensão (*res cogitans* e *res extensa*).

³³ Para uma discussão mais detalhada acerca deste problema, ver Churchland (2004) e Searle (2006).

³⁴ Conforme bem observou Putnam (2008, p. 127, n. 7) “Descartes foi, pelo que se [sabe], o primeiro a *identificar* a mente e a alma”. Seguindo os passos de Hans Jonas, podemos afirmar que o pensamento de Descartes em primeiro lugar se apresenta como uma epistemologia: sua questão de fundo é a busca de um fundamento inabalável para o conhecimento, até encontrar essa instância no próprio pensamento.

³⁵ Na tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior, da coleção *Os Pensadores*: No original: « en sorte que ce moi, c'est-à-dire l'âme, par laquelle je suis ce que je suis, est entièrement distincte du corps, et même qu'elle est plus aisée à connaître que lui et qu'encore qu'il ne fût point, elle ne laisserait point d'être tout ce qu'elle est » (Descartes, 1637, p. 30).

Autores como Churchland (2004) argumentam que a mente pode ser independente do corpo material. Segundo Sell (2002b), podemos ter certeza da existência da mente de forma independente do corpo, considerando corpos materiais como desprovidos de pensamento. Em contraste, há argumentos, como os de Daniel Dennett e Paul Churchland, de que tudo é matéria física, inclusive a mente, que evoluiu biológica e historicamente.³⁶ Dennett (1997) defende que “os bilhões de neurônios que se reúnem para constituir nosso cérebro [...] são tão destituídos de mente quanto um vírus”. Acrescenta que “de acordo com a ciência moderna, não há outra maneira de se fabricar uma pessoa real (...) somos cada um de nós uma coleção de trilhões de máquinas macromoleculares (Dennett, 1997, p. 28-29). Churchland (2004), por sua vez, entende que “a inteligência consciente é um fenômeno absolutamente natural”. Para ele, “segundo o consenso cada vez mais amplo em meio aos filósofos e cientistas, a inteligência consciente é a atividade da matéria organizada de modo apropriado”, e a “organização sofisticada responsável por ela é, pelo menos neste planeta, o resultado de bilhões de anos de evolução química, biológica e neurofisiológica” (Churchland, 2004, p. 259). Diferentemente de Dennett e Churchland, Searle (2006) e Dascal (2011)³⁷ propõem a *integração* entre infraestrutura neural e uso linguístico. Dascal, que, a título de comodidade, denominarei como um autor de base *cognitivo-pragmático*, afirma que “não se pode investigar a natureza da infraestrutura cerebral sem considerar o papel da linguagem” (Dascal, 2011, p. 7). Searle, por seu turno, sugere que “a consciência

³⁶ Alguns autores que defendem tais posições, além de Daniel Dennett (Dennett 1997, 2006 [1979]) e Paul Churchland (Churchland, 2004), são William Calvin (Calvin, 1998), Steven Mithen (Mithen, 2002) e Robert Foley (Foley, 2003), por exemplo, autores que poderíamos classificar, de modo geral, como neodarwinistas.

³⁷ **Marcelo Dascal** (1940-2019), filósofo e linguista brasileiro-israelense, professor de Filosofia na Universidade de Tel Aviv, onde lecionou desde 1967. Para maiores informações, ver página do autor na Universidade de Tel Aviv: <https://www.tau.ac.il/humanities/philos/dascal/>.

é uma propriedade emergente do cérebro” e que essa ideia não está vinculada ao dualismo cartesiano (Searle, 2006, p. 25, 26).

Considerando essas posições, não é correto afirmar que a linguística de Chomsky está mais próxima de Descartes por este ser dualista e Kant monista. Chomsky não pode ser considerado um dualista clássico. Descartes é um dualista ontológico, enquanto Kant desloca o dualismo para a perspectiva epistemológica, podendo ser considerado um dualista reformista. Chomsky, segundo Sell (2002b), “embora rejeite a duplicação de substâncias, não admite a identidade completa entre mente e cérebro” (Sell, 2002b, p. 28). Ele reconhece a relação estreita entre os fenômenos mentais e o cérebro, usando a expressão “mente/cérebro”.

Sell aponta várias posições reformistas, entre elas a de Kant, que desloca o dualismo ontológico para o epistemológico. Kant afirma que o conceito de existência refere-se à representação que fazemos da realidade, e não à realidade em si. Os dois polos do dualismo são *a coisa-em-si* e *o fenômeno*, ou seja, a realidade independentemente do conhecimento e a representação que fazemos dela (Sell, op. cit.). Essa representação deve, ademais, partir sempre da experiência. Para se referir a elas, Kant retomou respectivamente termos usados na Filosofia Clássica: *númeno* e *fenômeno*.³⁸ O primeiro seria a realidade em si mesma, enquanto o segundo seria a forma como ela aparece para nós, aquilo que podemos perceber dela. E daí, ainda de acordo com Sell (2002b), somos levados a um novo dualismo.

3.2 Chomsky e as histórias das ideias de Lovejoy

Não se pode afastar a hipótese de uma má vontade da parte de Chomsky para com Kant, justamente a partir de uma influência negativa vin-

³⁸ Para Kant, nós só podemos conhecer o *fenômeno*, jamais o *númeno*. Isso se dá por uma limitação da nossa inteligência, que não consegue captar a coisa em si mesma.

da da leitura do famoso texto de Lovejoy³⁹ (1908), e que é exercida sobre ele. A avaliação que Lovejoy faz da obra de Kant – ao que tudo indica, a principal referência que Chomsky utiliza sobre o filósofo alemão, pelo menos em *Linguística cartesiana*, uma vez que, conforme já afirmamos, Chomsky não o cita diretamente em nenhum lugar desta obra – é a de que Kant, minimamente, não teria sido o propositor original de uma *revolução copernicana* do *a priori*, haja vista o fato de que ele teria contado com a filosofia dos “Plantonistas de Cambridge” ou *English Platonists* na expressão de Lovejoy, mediante as obras tanto de Leibniz quanto de Descartes, mas não os referenciou adequadamente, ou, pelo menos, não tomou conhecimento histórico de seus predecessores. Foi o que entendeu Lovejoy sobre o assunto quando este afirma:

[...] como eu disse, Kant era capaz de ignorar em um grau extraordinário — ou, talvez, de esquecer — uma grande parte da literatura filosófica de seu tempo. Se ele tivesse lido e se lembrado de Cudworth, ou de qualquer outro escritor da mesma escola, dificilmente poderia ter se lisonjeado tão complacentemente quanto fez sobre toda a novidade de sua “revolução copernicana (Lovejoy, 1908, p. 280, tradução nossa⁴⁰).

³⁹ Arthur Oncken **Lovejoy** (1873 - 1962) foi um filósofo e historiador intelectual americano, fundou a disciplina conhecida como história das ideias com seu livro *The Great Chain of Being* (1936), sobre o tema desse nome, que, de acordo com Hintikka (2013, p. 3), é considerado “provavelmente o trabalho mais influente na história das ideias nos Estados Unidos durante o último meio século”. No campo da Historiografia da Linguística, Konrad Koerner teceu fortes críticas à História das Ideias e à tendência em aplicá-la como modelo metodológico em Historiografia Linguística: “[...] estreitar demais o alinhamento da História da Linguística com a História das Ideias, ou campo similar de estudo, não parece ser uma solução para o problema de encontrar uma metodologia própria para a pesquisa historiográfica em linguística” (ver. Koerner, 1996, p. 49).

⁴⁰ No original: “[...] as I have said, Kant was capable of ignoring to an extraordinary degree — or, it may be, of forgetting — a large part of the philosophical literature of his time. If he had read and remembered Cudworth, or any other writer of the same school, he could hardly have flattered himself so complacently as he did upon the entire novelty of his “Copernican revolution”.

E nisso, pelo que vemos, foi seguido por Chomsky. Vejamos outro vaticínio fatídico de Lovejoy sobre as ideias kantianas:

Em sua ‘revolução copernicana’, seu idealismo ‘transcendental’, seu apriorismo, ele é meramente o elaborador e sistematizador da doutrina geral dos platônicos ingleses; em sua atitude cética em relação àquilo que “transcende a experiência possível” e em seu sentimento de que a primeira tarefa da filosofia é estabelecer limites para as aspirações do conhecimento humano, ele é o discípulo de Locke e Hume (Lovejoy, 1908, p. 302, sublinhamos, tradução nossa⁴¹).

Colocar Kant como um *mero elaborador e sistematizador* da doutrina dos Platonistas de Cambridge é um tanto exagerado e, ao que parece, essa ideia foi comprada por Chomsky. Então, do ponto de vista de Chomsky seria mais que natural relacionar os trabalhos em Teoria Gerativa aos racionalistas, principalmente a Descartes e aos Platonistas e, dentre esses, nomeadamente, às ideias de Cudworth. O que talvez possa causar um certo estranhamento para quem conhece em algum aspecto a filosofia de Kant e a de Descartes – e, porventura, as compara com as propostas gerativistas, nomeadamente a noção de GU –, é que aquela está mais próxima das ideias de Chomsky do que esta. Ademais, está explicado, pelo menos em parte, o porquê de as ideias de Cudworth estarem mais presentes em *Linguística cartesiana* do que a de qualquer outro filósofo. Na perspectiva de Lovejoy (1908), referência maior de Chomsky, Cudworth teria sido uma espécie de Kant inglês *avant la lettre* para quem a história da filosofia havia lhe virado as costas:

⁴¹ No original: “In his “Copernican revolution”, his “transcendental” idealism, his apriorism, he is merely the elaborator and systematizer of the general doctrine of the English Platonists; in his sceptical attitude towards that which “transcends possible experience” and in his feeling that the first task of philosophy is to set bounds to the aspirations of human knowledge, he is the disciple of Locke and Hume”.

Pois os platônicos ingleses não poderiam ter sido mais explícitos ou enfáticos do que foram ao insistir que a mente não é uma tabula rasa, mas uma coisa que possui uma constituição fixa própria antecedentemente à experiência; que, não apenas na cognição reflexiva, mas mesmo na percepção sensorial, ela tem um papel ativo, e não meramente passivo; e que o objeto é determinado pela natureza e categorias da mente, em vez dos conteúdos da mente pela simples infiltração de objetos prontos. Na mais célebre das produções da escola de Cambridge, ‘*True Intellectual System of the Universe*’ (1678) de Cudworth – uma obra que tem, por trás de toda a singularidade e ingenuidade de seu estilo, muito mais perspicácia filosófica do que normalmente recebe crédito – as opiniões em questão são expostas com prolixidade característica (Lovejoy, 1908, p. 271-272, tradução nossa⁴²).

A despeito de tudo isso, a possível explicação, pelo menos para mim, é que faltou a Chomsky uma relação mais acurada tanto da história da filosofia quanto da filosofia da linguagem desde os antigos até o período a que ele se dedica a estudar em *Linguística cartesiana*. Conforme já apontei anteriormente, é o próprio Chomsky que apresenta suas alegações para a deficiência desta abordagem, quando afirma que a vista geral apresentada por ele em *Linguística cartesiana* é “muito fragmentária, sendo portanto, em certo sentido”, até “enganadora” – insisto, palavras dele – “*a organização desta análise geral introduziu uma certa distorção, pelo fato de ser ela a projeção para trás de algu-*

⁴² No original: “For the English Platonists could not well have been more explicit or emphatic than they were in insisting that the mind is no tabula rasa but a thing possessing a fixed constitution of its own antecedently to experience; that, not only in reflective cognition but even in sense-perception, it has an active, and not a merely passive, role; and that the object is determined by the nature and categories of the mind rather than the contents of the mind by the simple infiltration of ready-made objects. In the most celebrated of the productions of the Cambridge school, Cudworth’s “True Intellectual System of the Universe” (1678) — a work that has, behind all the quaintness and naivete of its style, a good deal more philosophical acumen than it usually gets credit for — the opinions in question are expounded with characteristic prolixity”.

mas ideias de interesse atual, e não uma apresentação sistemática da moldura em que essas ideias surgiram e encontraram lugar” (Chomsky, 1972, [1966], p. 90, grifo meu). Como sabemos, Chomsky preferiu seguir o caminho daquilo que os Historiógrafos da Linguística e os Historiadores das Ideias Linguísticas chamaram respectivamente de história *pro-domo*, isto é, em causa própria (Koerner, (2014 [1994]) e teleológica, ou seja, “de explicar o passado pelo futuro” (Auroux, 2021 [2006]).

No capítulo um de *Linguística cartesiana*, Chomsky dedica de 30 a 40% de suas páginas para demonstrar como, segundo ele, “o relevo dado por Descartes ao aspecto criador do uso da linguagem [...] encontra sua mais eficaz expressão na tentativa, feita por Humboldt, de criar uma ampla teoria da linguística geral” (Chomsky, 1972 [1966], p. 30). Chomsky usa argumentos e trechos que também foram utilizados por Ernst Cassirer em *A filosofia das formas simbólicas I, A linguagem* (Cassirer, 2001 [1926]) na vinculação entre Humboldt, Kant e Herder. Cassirer refere a influência de Humboldt e Herder na epistemologia kantiana, enquanto Chomsky liga Humboldt a Descartes.

A formulação de Humboldt, segundo a qual a linguagem é uma atividade de (*Energeia*) e não uma obra (*Ergon*), é analisada por Cassirer como derivada da crítica kantiana. Para Cassirer, a linguagem em Humboldt constitui um meio de objetivar impressões sensoriais e é decisiva em nossas representações. Só mais tarde Chomsky reconhece a incompatibilidade entre as ideias de Humboldt e Descartes e refuta essas alegadas filiações. Para Cassirer, “Tal como o conhecimento, tampouco a linguagem provém de um objeto como de algo dado a ser simplesmente reproduzido; ao contrário, ela encerra uma maneira de apreender espiritual [...] que constitui um fator decisivo em todas as nossas representações do objetivo” (p. 144). Ainda para Cassirer, “o verdadeiro veículo do

sentido linguístico nunca é a palavra isolada, e sim, a oração [...], porque é nela que se revela a força original da síntese [...] na conhecida formulação humboldtiana, segundo a qual a linguagem não é uma obra, um produto (*Ergon*), e sim uma atividade (*Energeia*)” (p. 148). Cassirer conclui que “Todo estudo da linguagem deve proceder ‘geneticamente’ [...], reconhecendo a estrutura concluída da linguagem como uma estrutura derivada e mediada” (p. 146). De acordo com Cassirer, a filosofia da linguagem de Humboldt está intimamente ligada à filosofia de Kant. Assim, seguindo esse argumento cassireriano, as ideias linguísticas de Chomsky seriam mais kantianas do que cartesianas, dado que muitos dos argumentos de Humboldt adotados por Chomsky estão mais próximos das noções kantianas. Entretanto, as posições de Chomsky mais tarde evoluem. Em uma entrevista a McGilvray, ele refuta suas filiações a Humboldt. Isso porque desde a publicação de *Linguística cartesiana*, em 1966, Chomsky deu-se conta da incompatibilidade entre as ideias de Humboldt e Descartes.

4. COMO OUTRAS OBRAS E PROJETOS DE CHOMSKY LEVAM-NOS A KANT

Praticamente, vinte anos mais tarde à publicação de *Linguística cartesiana*, Chomsky irá aprofundar sua leitura de Kant. Isso ficará demonstrado em *Regras e Representações* (1980) (port. 1981), no capítulo “Linguagem e conhecimento inconsciente”, quando ele compara Jung e Kant sobre o acesso ao inconsciente. Chomsky afirma que “a posição de Kant quanto à questão da acessibilidade é claramente oposta à de Jung” (Chomsky, 1981, p. 182), destacando que Kant acreditava na relação necessária das representações à consciência empírica (Chomsky, 1981, p. 182). Chomsky discorda da introspecção completa dos conteúdos mentais, argumentando contra o acesso privilegiado

aos princípios da linguagem (Chomsky, 1981, p. 183). Diz Chomsky: “Assim, na *Crítica da razão pura*, afirma Kant: ‘Todas as representações têm uma relação necessária a uma consciência empírica *possível*. Pois, se tal não ocorresse, e se fosse completamente impossível adquirir consciência delas, isso equivaleria praticamente a admitir sua inexistência.’” Porque para Chomsky, ao contrário de Jung, não haveria motivo para “supormos que temos acesso privilegiado aos princípios que atuam em nosso conhecimento e uso da linguagem, que determinam as formas e significado das sentenças ou suas condições de uso, ou que relacionam o ‘órgão mental’ da linguagem a outros sistemas cognitivos” (Chomsky, 1981, p. 183). Da mesma forma, ao contrário de Sellars, que refuta as noções de *a priori* de Kant em prol do que ele mesmo denominou *nominalismo psicológico*, entendendo por esse nominalismo psicológico “a negação de que haja qualquer consciência do espaço lógico anterior à, ou independente da, aquisição da linguagem” (Sellars, 2008, p. 71), Chomsky deposita todas as suas fichas na ideia de que a GU cumpriria exatamente este papel. Porque a GU, tal como entendemos a *faculdade da razão* como sendo uma metateoria da razão, é também ela, segundo Chomsky (1979 [1977], p. 168), “uma metateoria” das gramáticas, e não propriamente uma gramática.⁴³

E como uma última invocação de que Chomsky vê também em Kant “o argumento apresentado por Descartes em favor do inatismo das ideias no campo perceptual”, embora aquele não seja o filósofo ao qual ele mais recorra em suas obras para defender seus argumentos, fiquemos com uma última citação presente no mesmo *Regras e Representações*:

⁴³ Em *Diálogos com Mitsou Ronat*, Chomsky observa que “é importante ter em mente que gramática universal não é uma gramática, mas antes uma teoria das gramáticas, uma metateoria (Chomsky, 1979 [1977], p. 168).

A experiência amolda-se a nosso modo de cognição, como diriam os sucessores imediatos de Descartes, e mais tarde Kant. Esse modo de cognição afirmava Descartes, deve envolver ideias inatas, tais como as figuras geométricas e as noções comuns (Chomsky, 1981, p. 35, sublinhamos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU SÍNTESE DE NOSSA PROPOSTA DE LEITURA

Como é possível observar, ao longo do que pudemos demonstrar e argumentar, as noções chomskyanas de GU são muito próximas ao que Kant denominou de “conhecimento independente da experiência e mesmo de todas as impressões dos sentidos”. De modo que para ele, “tais *conhecimentos* denominam-se *a priori* e distinguem-se dos *empíricos*, que possuem suas fontes *a posteriori*, ou seja, na experiência”. De acordo com Kant, “*segundo o tempo*, portanto, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo ele começa com ela” [...]. Mas embora todo nosso conhecimento comece *com* a experiência, nem por isso todo ele se origina *da* experiência (Kant, 1999 [1787], p. 53), tal como a GU é uma teoria do “estado inicial” da faculdade da linguagem, anterior a qualquer experiência linguística” (Chomsky, 1994, p. 23), mas que precisa dos dados, da experiência de uma língua externa para dar o *start*, por assim dizer, da aquisição dessa língua(gem). A GU tem vários “princípios” estabelecidos que são válidos para todas as línguas e “parâmetros” ajustáveis que devem ser acomodados pela experiência. À medida que a criança adquire habilidades linguísticas, seu cérebro emprega uma quantidade limitada de evidências linguísticas devido à sua capacidade de fixar os parâmetros da GU e, de forma não indutiva, dar origem à gramática central da primeira língua.

REFERÊNCIAS

Fontes:

CHOMSKY, N. **Linguística cartesiana**: um capítulo da história do pensamento racionalista. Trad. Francisco M. Guimarães. São Paulo/ Petrópolis: Vozes/ Edusp, 1972.

CHOMSKY, N. **Linguística cartesiana**: um capítulo na história do pensamento racionalista. Trad. de Gabriel de Ávila Othero e Larissa Colombo Freisleben, a partir da terceira edição de James McGilvray. São Paulo: Editora da UNESP, 2024.

CHOMSKY, N. **Cartesian linguistics**: a chapter in the history of rationalist thought. Edited by James McGilvray. 2nd ed. New Zealand: Cybereditions, 2002.

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures**. Dordrecht-Holland/ Providence RI-USA: Foris Publications, 1988 [1981]. (Studies in Generative Grammar n.º 9).

CHOMSKY, N. **O Conhecimento da Língua, Sua Natureza, Origem e Uso**. Lisboa: Caminho, 1994.

CHOMSKY, N. **Diálogos com Mitsou Ronat**. Nitrini. São Paulo: Cultrix, 1979.

CHOMSKY, N. **Reflexões sobre a linguagem**. Trad. Carlos Vogt et al. São Paulo: Cultrix, 1980.

CHOMSKY, N. **Regras e Representações**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CHOMSKY, N. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. São Paulo: UNESP, 2005.

CHOMSKY, N. **Linguagem e mente**. 3 ed. Trad. Roberto Ferreira. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CHOMSKY, N. **Programa minimalista**. Trad. Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho Editorial, 1999.

CHOMSKY, N. **A ciência da linguagem**. São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

BERWICK, R.C.; CHOMSKY, N. **Por que apenas nós?** São Paulo: Editora da UNESP, 2017.

CHOMSKY, N. **Que tipos de criaturas somos nós?** São Paulo: Petrópolis, R.J., 2018.

KANT, E. **Crítica da razão pura**. 4 ed. Trad. Fernando C. Mattos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

KANT, E. **Crítica da razão pura**. Trad. V. R. e U. Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

KANT, E. **Crítica da razão pura**. 5 ed. Trad. Manuela dos Santos e Alexandre Morujão. Introdução e notas de Alexandre F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT. **Introdução à Crítica do Juízo**. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. *In. Kant (II)*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, pp. 163-203. [Coleção Os Pensadores].

Estudos

AARSLEFF, Hans. "The History of Linguistics and Professor Chomsky." **Language**, vol. 46, no. 3, 1970, pp. 570–85. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/412308>. Accessed 23 Jan. 2023.

AARSLEFF, Hans. **From Locke to Saussure: essays on the study of language and intellectual history**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.

ALVES, M. A. S. Foucault e a crítica kantiana: as palavras e as coisas e a atitude de modernidade. *In: VALEIRÃO, K.; SCHIO, S. M. (orgs.). Michel Foucault: As Palavras e as Coisas*. Pelotas: NEPFIL, 2017, pp. 73-88.

ANDREWS, Ilse. Some Critics of Chomskyan Theory Reviewed. **Studies in Language**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 439-452, [1979]. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/sl.3.3.08> e. Acesso em: 30 jan. 2026.

AUROUX, S. Les modes d'historicisation. **Histoire Épistémologie Langage**. 28. 105-116 (2006).

AUROUX, S. **A Questão da origem das línguas seguido de A Historicidade das Ciências**. Trad. Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

AUROUX, S. **Matematização da linguística e natureza da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2012.



AUROUX, S. Os modos de historicização. Trad. Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. **Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-12, jan./abr. 2021.

BARSKY, R. F. **Noam Chomsky: a vida de um dissidente**. Trad. Rosalind Mobaid. São Paulo: Conrad, 2004.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. 5 ed. Trad. Maria da Glória Novak e Luíza Neri. Campinas-SP: Editora Pontes, 2005 [1976].

BLUM, V. L. **O estatuto das entidades metapsicológicas à luz da teoria kantiana das ideias**. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 1998.

BONACCINI, J. A. O argumento da estética e o problema da aprioridade: ensaio de um comentário preliminar. In: KLEIN, T. (org.). **Comentários às obras de Kant: Crítica da razão pura**. Florianópolis: NEFIPO/ Centro de Investigações Kantianas, 2012, pp. 78-144.

CAMPOS, M. I. B.; LEITE, M. Q. Um convite à história das ciências da linguagem. **Revista Linha D'Água**, v. 32, p. 1-22, 2019.

CASSIRER, E. **A Filosofia das formas simbólicas I – A Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

CALVIN, W.H. **Como o cérebro pensa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

CHURCHLAND, Paul. H. **Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à Filosofia da Mente**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

DANNETT, D. C. **Tipos de Mente**. Trad. Alexandre Tort. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANNETT, D. C. **Brainstorms**. Ensaios filosóficos sobre a mente e a psicologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FERREIRA, M. **Semântica: uma introdução ao estudo formal do significado**. São Paulo: Contexto, 2022.

FOLEY, R. **Os humanos antes da humanidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

- GRANGER, G-G. **Filosofia, linguagem, ciência**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2013.
- GROSS, M. **Modelos matemáticos em linguística**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.
- HANNA, R. **Kant e os fundamentos da filosofia analítica**. Ed. Unisinos: São Leopoldo, RS, 2005.
- KOERNER, K. K. Questões que persistem em Historiografia Linguística. Trad. Cristina Altman. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 1, n. 2, 1996.
- KOERNER, E.F.K. “A história da linguística”. Trad. Susana Fontes (Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real). **Confluência** - Revista do Instituto de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, nº 46 – 1.º semestre de 2014.
- HINTIKKA, J. Gaps in the Great chain of being: an exercise in the methodology of the history of ideas. In. KNUUTTILA, Simo (ed.) **Reforging the Great Chain of Being: Studies of the History of Modal Theories**. Dordrecht (Holland): Springer Science & Business Media, [1981] 2013 pp. 01-17.
- LAKOFF, Robin. Review: La Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal. **Language**, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 343-364, jun. 1969.
- LEIBNIZ, G. W. **Novos ensaios sobre o entendimento humano**. In: Coleção *Os Pensadores* São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1701-04].
- LOPARIĆ, Zeljko. Kant e a filosofia analítica. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, série 2, vol.2, nº. 1, p. 27-32, 1990.
- LOPES, E. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1980.
- LONGUENESSE, B. **Kant e o poder de julgar**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2019.
- LOVEJOY, A. O. “Kant and the English Platonists”. In **Essays, Philosophical and Psychological** in Honor of William James. New York: Longmans, Green & Co., 1908, p. 265-302.
- MARQUES, U. R. A. Kant e o problema da origem das representações elementares. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 13, p. 41-72, 1990.
- MARQUES, U. R. A. Sobre o ‘inato’ em Kant. **Analytica** (UFRJ), v. 12, p. 101-161, 2008.

MARQUES, U. R. A. Kant e a epigênese a propósito do “inato”. **SCIENTIÆ STUDIA**. São Paulo, v. 5, n. 4, p. 453-70, 2007.

MONTAGUE, R. **Formal Philosophy**. Selected papers of Richard Montague, edição e introdução de Richmond H. Thomason. New Haven & Londres: Yale University Press, 1974.

MORAES, J.V. **A Gramática Universal (GU) de Chomsky e a Crítica da Razão Pura de Kant**. 2023. Apresentação de comunicação oral no 37º Encontro Nacional da ANPOLL – ENANPOLL, de 3 a 5 de outubro de 2023, na UFF, em Niteroi-R.J.

MITHEN, S. **A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência**. Trad. Laura Cordellini Barbosa de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MÜLLER, A.L. et al. (orgs.) **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003.

PARTEE, B. H., 1973, “Some transformational extensions of Montague grammar”, **Journal of Philosophical Logic**, 2: 509–534; reimpresso em Partee 1976, pp. 51–76.

PARTEE, B. H., Montague, Richard (1930–1971). In: **Encyclopedia of Language & Linguistics** (Second Edition), 2006, p. 255-257. <https://doi.org/10.1016/B0-08-044854-2/02760-7>

PASCAL, G. **O pensamento de Kant**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1983.

PINKER, S.; BLOOM, P. Natural language and natural selection. **Behavioral and Brain Sciences** (1990) 13, 707-784.

PINKER, S. **Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana**. Trad. Fernanda Ravagnani. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

PUTNAM, H. **Corda tripla: mente, corpo e mundo**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2008.

QUINE, W. van O. **De um ponto de vista lógico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

ROBERTS, I. “Introduction”. In: ROBERTS, I. (ed.). **The Oxford Handbook of Universal Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 01-34.

SEARLE, J. R. **A Redescoberta da mente**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SELLARS, W. **Empirismo e filosofia da mente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.



SELL, S. Chomsky e o Inatismo Cartesiano. **Working Papers em Linguística**, N.6, 2002a, 07-29.

SELL, S. **Quão Cartesiana é a Linguística Chomskyana?** Dissertação (Mestrado em Linguística). Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 91. 2002b.

STRAWSON, P. F. **The Bounds of Sense**. London: Methuen, 1966.

TARSKI, A. **A concepção semântica da verdade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

THOMASON, R. H. *Introduction*. In. MONTAGUE, R. **Formal Philosophy**. Selected papers of Richard Montague, edição e introdução de Richmond H. Thomason. New Haven & Londres: Yale University Press, 1974, pp. 9-77.